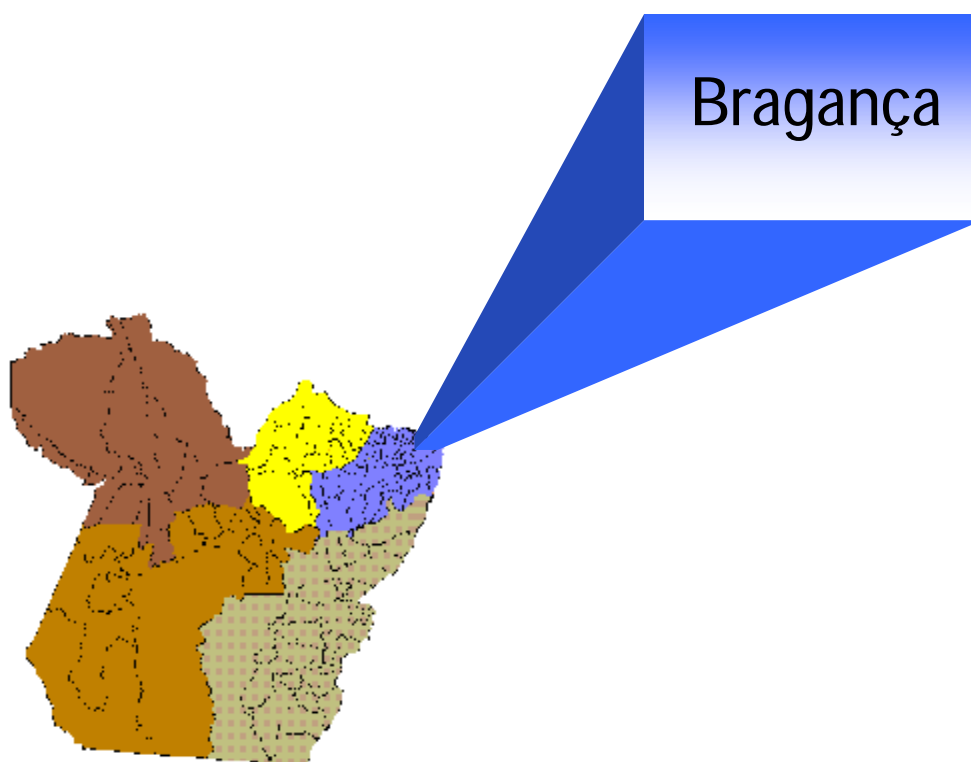




GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIRETORIA DE ESTUDOS, PESQUISAS E INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS
GERÊNCIA DE BASE DE DADOS ESTATÍSTICOS DO ESTADO



ESTATÍSTICA MUNICIPAL



2007

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Ana Júlia de Vasconcelos Carepa

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ
Odair Santos Corrêa

SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
FINANÇAS
Carlos Mário Guedes de Guedes

DIRETORIA DE ESTUDOS, PESQUISA E INFORMAÇÕES SÓCIO-
ECONÔMICAS
Lúcia Cristina de Andrade

GERÊNCIA DE BASE DE DADOS ESTATÍSTICOS
Geovana Raiol Pires

EQUIPE TÉCNICA

Ádrian Santos Pacheco
Ana do Socorro Lisboa da Silva
Cláudia Gabriel Medeiros
Clayton Douglas Chagas de Oliveira
Edvaldo Fernandes de Souza
Eliana de Souza Amarante
José Augusto dos Santos Lopes
José João Pacheco
Marco Antônio Marques da Silva
Maria Gláucia Pacheco Moreira
Natanael Araújo da Rocha
Selma Jeronima Mesquita Couto
Zilfa Freitas

Estatísticas Municipais: "Indispensáveis para o Planejamento do Desenvolvimento Municipal"

Em um mundo globalizado e caracterizado por mudanças rápidas, a produção e a difusão de informações são processos de extrema relevância. No atual cenário econômico e social, torna-se premente a necessidade de democratizar o acesso às informações estatísticas, condição indispensável para o planejamento, iniciativa privada, pesquisadores, cientistas e para o exercício pleno da cidadania.

Antecedido pelo "Estado do Pará em Números", as "Estatísticas Municipais" é mais um produto do esforço persistente do Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria Especial de Estado de Gestão e da Secretaria Executiva de Estado Planejamento Orçamento e Finanças- SEPOF, no sentido da construção do Sistema de informações estatísticas Sócio-econômicas, matéria-prima essencial para a elaboração de políticas públicas.

No CD "Estatísticas Municipais" constam históricos e informações de todos os 143 Municípios do Estado do Pará, nas áreas, cultural, demográfica, saúde, educação, transporte, comunicação, finanças pública, etc., cuja série histórica mais freqüente é 1996 - 2004. E estará sendo constantemente atualizada e disponibilizada na internet.

A diversificação das variáveis apresentadas permite aos usuários das informações estatísticas construir suas próprias análises, projeções e cenários.

Esta iniciativa condiz com a necessidade de dados consistentes para a definição do planejamento, com foco na promoção do desenvolvimento Municipal. É a partir de dados estatísticos, que torna-se possível ao planejamento a elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas mais adequadas a realidade de cada município. Também, proporciona a formulação de políticas de apoio, incentivo e tomada de decisão do setor privado, possibilitando ao Estado atuar como animador do processo de desenvolvimento.

Em decorrência de sua complexidade e abrangência, colaboraram a quase totalidades das instituições integrantes do Governo Estadual, além de órgãos das esferas Federal e Municipal, e a iniciativa Privada, os quais agradecemos suas contribuições, que representam as fontes de dados primários para a produção estatística.

Com as "Estatísticas Municipais", o Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria Executiva de Planejamento Orçamento e Finanças - SEPOF, vinculada a Secretaria Especial de Estado de Gestão, cumpre mais uma etapa na geração do Sistema de Produção de Informações Estatística do Estado do Pará, contribuindo para a promoção do desenvolvimento estadual, e conseqüentemente, colaborando para a redução dos desequilíbrios intermunicipais..

Lúcia Cristina de Andrade

Diretora de Estudos, Pesquisas e Informações Sócio-Econômicas

SUMÁRIO

1	ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	6
1.1	HISTÓRICO	6
1.2	CULTURA	7
2	ASPECTOS FÍSICO - TERRITORIAIS	8
2.1	LOCALIZAÇÃO	8
2.2	LIMITES	8
2.3	SOLOS	8
2.4	VEGETAÇÃO	8
2.5	PATRIMÔNIO NATURAL	9
2.6	TOPOGRAFIA	9
2.7	GEOLOGIA E RELEVO	9
2.8	HIDROGRAFIA	9
2.9	CLIMA	9
3	DADOS ESTATÍSTICOS	10
3.1	DEMOGRAFIA	10
3.2	SAÚDE	15
3.3	EDUCAÇÃO	18
3.4	EMPREGO	23
3.5	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	24
3.6	POLÍTICO ELEITORAL	24
3.7	ENERGIA ELÉTRICA	25
3.8	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	27
3.9	COMUNICAÇÃO	28
3.10	TRANSPORTE	29
3.11	PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL	31
3.12	AGRICULTURA	32
3.13	ARMAZENAGEM E ESTOCAGEM	34
3.14	PECUÁRIA	35
3.15	EXTRATIVISMO VEGETAL	36
3.16	ESTABELECIMENTOS	37
3.17	TURISMO	37
3.18	FINANÇAS PÚBLICAS	38
3.19	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	39
	NOTA TÉCNICA	40
	GLOSSÁRIO	41

Tabelas

3.1	DEMOGRAFIA	10
3.1.1	População, Área e Densidade Demográfica 1980/91/96-07	10
3.1.2	População Segundo Situação da Unidade Domiciliar 1980/91/96-07	10
3.1.3	População por Sexo 1980/91/96-07	11
3.1.4	Indicadores Demográficos 1980/91/96/00	11
3.1.5	Habitantes por Unidades Domiciliares 1996/00	11
3.1.6	Domicílios Particulares Permanentes, por Alguns Serviços e Bens Duráveis Existentes nos Domicílios 1991 / 2000	11
3.1.7	População Residente, Segundo Algumas Características 1991/2000	12
3.1.8	Indicadores de População de 10 ou Mais De Idade, Economicamente Ativa e Ocupada 1991/2000	13
3.1.9	Distribuição da POC por Classe de Rendimento Nominal Mensal de Todos os Trabalhos em Salário Mínimo (1) 2000	13
3.1.10	Distribuição da POC por Posição na Ocupação e a Categoria no Trabalho Principal 1991/2000	13
3.1.11	Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Ocupadas na Semana de Referência, por Seção de Atividade do Trabalho Principal 1991/2000	14
3.1.12	Pessoas não Naturais da Unidade da Federação que Tinham Menos de 10 Anos, Ininterruptos de Residência na Unidade da Federação 2000	14
3.2	SAÚDE	15
3.2.1	Unidades Ambulatoriais Cadastradas no SIASUS 1999-2003	15
3.2.2	Leitos por Habitantes 1999-2003	15
3.2.3	Hospitais e Leitos Segundo Algumas Características 1999 - 2003	15
3.2.4	Nascimento por Residência da Mãe, Segundo Sexo 1996-2002	15
3.2.5	Natalidade por Residência da Mãe, Segundo Peso ao Nascer 1996-2002	16
3.2.6	Nascimento por Faixa Etária e Residência da Mãe 1996-2002	16
3.2.7	Óbitos por Residência, Segundo o Sexo 1996-2002	16
3.2.8	Óbitos por Residência, Segundo Faixa Etária 1996-2002	16
3.2.9	Mortalidade Geral Segundo Principais Causas 1996-02	17
3.2.10	Morbidade Hospitalar dos SUS 1995-03	17
3.2.11	Óbitos / Residência por Causas Evitáveis 1995-00	17
3.3	EDUCAÇÃO	18
3.3.1	Estabelecimentos por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-05	18
3.3.2	Bibliotecas por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1999-05	19
3.3.3	Laboratórios de Informática por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1999-05	19
3.3.4	Matrícula por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-06	20
3.3.5	Funções Docentes por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-05	21
3.3.6	Alunos Aprovados por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-02	21
3.3.7	Alunos Reprovados por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-02	22
3.3.8	Alunos Evadidos por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-02	22
3.4	EMPREGO	23
3.4.1	Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica do Cadastro RAIS 1999-2003	23
3.4.2	Estoque de Emprego Segundo Setor de Atividade Econômica 1999-2003	23
3.5	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	24
3.5.1	Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – 1970/1980/1991/2000	24
3.6	POLÍTICO ELEITORAL	24
3.6.1	Eleitores e Seção Eleitoral 1996/98/00/04/06	24
3.6.2	Eleitores por Sexo 1996/98/00	24
3.7	ENERGIA ELÉTRICA	25
3.7.1	Consumidores e Consumo de Energia Elétrica por Classe 1995-03	25
3.7.2	Consumidores e Consumo de Energia Elétrica por Classe 2004-06	26
3.8	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	27
3.8.1	Consumidores e Consumo de Água por Classe 1995-05	27
3.9	COMUNICAÇÃO	28
3.9.1	Terminais Instalados e Postos de Serviços 1995-02	28
3.9.2	Área de Cobertura Celular por Operadora - Jul / 2003	28
3.9.3	Emissoras de Rádio, Televisão e Repetidoras 1995-02	28
3.9.4	Agências e Postos dos Correios 1997-02	28
3.9.5	Volume de Correspondência dos Correios e Telégrafos 1999-00	28
3.9.6	Volume de Correspondência dos Correios e Telégrafos 2002	29
3.10	TRANSPORTE	29
3.10.1	Veículos por Tipo 1995-05	29
3.10.2	Veículos Licenciados e não Licenciados 1995-05	29
3.10.3	Carteiras de Habilitação Expedidas 1995-05	30

3.10.4 Fluxo de Passageiros por Terminal Rodoviário Intermunicipal e Interestadual 1995-03	30
3.11 PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL	31
3.11.1 Composição do Produto Interno Bruto a Preço de Mercado Corrente 1997-2004 (R\$ Mil).....	31
3.11.2 Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor 1997-2004 (R\$ Mil).....	31
3.11.3 Produto Interno Bruto per Capita a Preço de Mercado Corrente - 1997-2004.....	31
3.12 AGRICULTURA	32
3.12.1 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 1994-96	32
3.12.2 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 1997-00	32
3.12.3 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 2001-2002 ...	32
3.12.4 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 2003-2005 ...	32
3.12.5 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 1994-96	33
3.12.6 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 1997-00	33
3.12.7 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 2001-2002.....	33
3.12.8 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 2003-2005.....	33
3.13 ARMAZENAGEM E ESTOCAGEM	34
3.13.1 Produtos Estocados Dentro das Unidades Armazenadoras, com Indicação do Número de Informantes e da Quantidade Existente 1995-98.....	34
3.13.2 Produtos Estocados Dentro das Unidades Armazenadoras, com Indicação do Número de Informantes e da Quantidade Existente 1999-02.....	34
3.13.3 Estabelecimentos de Armazenagens por Tipo de Propriedade da Empresa 1995-02.....	34
3.13.4 Estabelecimentos de Armazenagens por Tipo de Atividade 1995-02.....	34
3.13.5 Armazenagens Convencionais, Estruturais e Infláveis, Armazenagens Graneleros e Granelizados e Silos, com Indicação de Informantes e Capacidade Útil do Município 1995-02.....	35
3.14 PECUÁRIA	35
3.14.1 Principais Rebanhos Existentes 1994-00.....	35
3.14.2 Principais Rebanhos Existentes 2001-2005.....	35
3.14.3 Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 1994-96	36
3.14.4 Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 1997-00	36
3.14.5 Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 2001-05	36
3.15 EXTRATIVISMO VEGETAL	36
3.15.1 Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 1994-96.....	36
3.15.2 Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 1997-00.....	36
3.15.3 Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 2001-2005.....	37
3.16 ESTABELECIMENTOS	37
3.16.1 Estabelecimentos, por Setor Econômico 2001.....	37
3.17 TURISMO	37
3.17.1 Estabelecimentos de Hospedagem Cadastrados, Unidades Habitacionais e Leitos 1997-03.....	37
3.18 FINANÇAS PÚBLICAS	38
3.18.1 Receitas Municipais 1998-01 R\$1,00 (Valores Nominais)	38
3.18.2 Receitas Municipais 2002-05 R\$1,00 (Valores Nominais)	38
3.18.3 Transferências Constitucionais do ICMS, FPM , IPI, FUNDEF e IPVA 1995-06 (R\$ 1,00)	38
3.18.4 Arrecadação Federal 1995-06 (R\$ 1,00).....	39
3.19 INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	39
3.19.1 Número de Agências Bancárias, Aplicações, Depósitos e Poupança no Estado do Pará 1994-2005 (R\$ 1,00)	39

1 ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS

1.1 HISTÓRICO

A origem do município de Bragança está relacionada com a história da conquista da Amazônia, durante o Período Colonial. Os primeiros civilizados que exploraram as terras do atual município bragantino, situadas na margem esquerda do rio Caeté, no local onde havia uma aldeia que era habitada pelos índios da tribo dos Tupinambás, teriam sido os franceses de La Ravardiere, que, por volta de 1613, após a conquista do Maranhão e com o intuito de aumentar seus domínios na região, mandava seus homens adentrarem o território amazônico.

Sabe-se que Pedro Teixeira, o conquistador da Amazônia, logo após a fundação da cidade de Belém, em 1616, passou pelo território bragantino em direção ao Maranhão, para levar a Jerônimo de Albuquerque a notícia enviada por Francisco Caldeira Castelo Branco, do êxito de sua missão.

No dia 9 de fevereiro de 1622, o rei da Espanha, Felipe II, doou a Gaspar de Souza, o Governador Geral do Brasil, a Capitania do Gurupi, que compreendia todo o território entre os rios Turiaçu e Caeté, com 20 léguas de fundo para o sertão. Em 1633 o governador do Maranhão e do Pará Francisco Coelho de Carvalho deu a seu filho, Feliciano, a mesma Capitania. Mas o descendente de Gaspar de Souza, Álvaro de Souza, protestou junto à Corte da Espanha, que desaprovou esta última doação, confirmando a de 11 anos antes, feita por Felipe II. Dessa forma Francisco Coelho de Carvalho doou depois ao mesmo filho a Capitania de Camutá, origem do atual município de Cametá.

Álvaro de Souza, filho de Gaspar de Souza, fundou em 1634, o povoado Sousa de Caeté, à margem direita do rio Caeté, posteriormente transferido para a margem esquerda, onde, atualmente, se situa a sede municipal de Bragança. Em 1753, o povoado de Sousa de Caeté foi erigido em Freguesia, com o nome de Nossa Senhora do Rosário. Mas coube ao governador e capitão-general do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dar-lhe os foros de Vila, instalando o Município com o topônimo português de Bragança.

Em 1760, foi instalada a primeira Câmara Municipal de Bragança, presidida por José Quitério da Costa.

A adesão do Município de Bragança à Independência do Brasil ocorreu logo depois da adesão de Belém, em 1823, por interferência de Domingos José de Souza que, na época exercia o cargo de juiz ordinário.

No dia 26 de agosto de 1824, rebentou na localidade de Turiaçu, uma revolta, com grande repercussão em Bragança. O presidente da então Província do Pará, o coronel José de Araújo Rozo, tomou medidas militares para coibir os revoltosos, fazendo seguir pelo rio Guamá, no dia 16 de setembro, uma força existente em Ourém e, a partir de lá, seguirem juntos para Bragança, onde ficariam sob as ordens de seu comandante militar. Acontece que os revoltosos já tinham ido além, promovendo sangrentos episódios. Quando essas notícias chegaram ao conhecimento do presidente da Província, este nomeou o novo comandante militar de Bragança o major Luís Ferreira da Cunha, que, à frente da nova força armada, seguiu para a região conturbada a 1º de outubro. Porém, quando a expedição chegou a Ourém, o major Luis Ferreira Cunha foi cientificado de que os amotinados fugiram, ao saberem da grande força que iria combatê-los. Quando a tropa chegou em Bragança não mais encontrou nenhum dos chefes da revolta, que se tinham embrenhado nas matas.

No dia 1º de outubro de 1828 foi assinada a Lei que dava organização aos municípios do Império do Brasil, oportunidade esta em que foi eleita a nova Câmara Municipal de Bragança, dentro das normas estabelecidas, tendo com presidente Leandro Caetano Pinheiro.

A adesão da Câmara Municipal de Bragança à República, ocorreu na sessão de 18 de novembro de 1828, tendo assinado como presidente da Câmara Francisco Antonio Pinheiro Júnior.

Dentro da nova organização republicana, o Governo Provisório do Pará extinguiu as Câmaras Municipais, substituindo-as por Conselhos de Intendência Municipal. O 1º Conselho nomeado foi presidido por Aureliano Marinho.

O Governo Provincial estabeleceu a divisão judiciária do Estado em maio de 1833, através da qual Bragança passou a constituir um Termo de Comarca da capital estadual, cuja vigência estendeu-se até 1839, quando a Lei nº. 17, de 9 de setembro do mesmo ano, a elevou-a à categoria de Comarca.

A Lei Provincial nº 252, de 2 de outubro de 1854, criou a cidade de Bragança, como sede do respectivo Município. Coube a José Caetano Pinheiro desempenhar as funções de Intendente, para as quais foi eleito durante o primeiro triênio republicano de 1891 a 1893.

Em 1856 o território de Bragança foi desmembrado quando a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viseu passou à categoria de Vila e, concomitantemente, a Município, com o topônimo de Viseu, através da Lei nº 324, de 6 de julho.

A 24 de junho de 1883 teve iniciada a construção da Estrada de Ferro de Bragança, o Visconde de Maracaju presidia a Província do Pará. O intuito era fazer-se de Bragança um grande celeiro para Belém, e de Salinas uma cidade balneária. O ano de 1908, depois de quase 25 anos do início da sua construção, é o marco da inauguração da parada de Tracuateua e a 3 de maio do mesmo ano, finalmente foi solenemente inaugurada a Estrada de Ferro de Bragança. Governava o município de Bragança o Intendente major Simplício Fernandes Medeiros.

A Estrada de Ferro de Bragança teve vital importância no progresso do município de Bragança e de toda a Zona Bragantina. Graças a ela e à colonização de suas margens o Pará sofreu menos com o declínio da borracha. O fato de Bragança, ser ponto final da Estrada de Ferro constituía importante papel na economia estadual, porque, além de tudo, era o ponto intermediário com o Maranhão.

Em 1955, no governo de Castelo Branco, tendo como Ministro da Aviação o Marechal Juarez Távora, a extinguiu, sob a alegação de déficit. E o capítulo da Estrada de Ferro de Bragança ficou para o passado.

No dia 3 de abril de 1900, através da Lei nº 729, o município de Quatipuru foi extinto, anexando o seu território ao de Bragança, que teve assim o seu patrimônio ampliado. Dois anos depois o município de Quatipuru foi restaurado, segundo a Lei nº 823, de 24 de outubro, desmembrado assim do município de Bragança.

Em 1955, Bragança perdeu o distrito de Urumajó, transformado em Município. Mas o Supremo Tribunal Federal, no dia 4 de outubro, considerou inconstitucional o desmembramento. Porém em 1961 esse desmembramento ocorreu, com a criação do município de Augusto Correa, originalmente denominado Urumajó, segundo a Lei nº 2.460, de 29 de dezembro do mesmo ano.

Em 1991, pela Lei nº 5.688, de 13 de dezembro, o município de Bragança teve parte de seu território desmembrado para a criação do município de Santa Luzia do Pará. Em 1994, no dia 29 de setembro, teve novo desmembramento de suas terras, para criar o município de Tracuateua.

Atualmente o município de Bragança é integrado pelos distritos de Bragança (sede), Almoço, Caratateua, Nova Mocajuba, Piabas e Tijoca.

1.2 CULTURA

Os Bragantinos são, essencialmente, por tradição, um povo católico e que comemora suas festas religiosas, imbuídos de maior respeito e fé.

Dentre as festividades religiosas mais expressivas do Município, pode-se destacar a festa de São Sebastião, comemorada no dia 20 de janeiro. De caráter apenas religioso, a festividade segue o seguinte ritual: nos dias 18, 19 e 20, há o "Tríduo" (ladainha com três dias de duração) e, no dia 20, acontece a procissão que sai da Igreja Matriz, percorrendo as principais ruas da cidade e retornando ao mesmo lugar.

Em março ou abril, por ocasião da Semana Santa, acontece a procissão do Corpo de Cristo. Já no segundo domingo de novembro, é realizado o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, cuja festividade dura oito dias, tanto na parte religiosa (ladainha, procissão, etc.), quanto na profana (arraial, leilões, etc.).

Entretanto, a maior manifestação religiosa de Bragança é a festa de São Benedito, uma das maiores e mais antigas do Município. A data do início do culto é o ano de 1798, quando foi fundada a irmandade que, desde então, tem mantido a festividade com o mesmo brilho e fervor religioso. As comemorações têm início no dia 18 de dezembro, com Alvorada Festiva, às 6 horas, com a participação de banda de música. Segue o novenário, com encerramento somente no dia 26. Durante a festa de São Benedito, acontece a Marujada, que é a maior manifestação de cunho cultural, do Município. Conhecida em todo o Brasil, a dança é um auto dramatizado da tragédia da Nau Catarineta, constituída quase que exclusivamente por mulheres. A Marujada em Bragança, é caracterizada pela dança, cujo motivo musical é o Retumbão.

O ponto alto da festa é a escolha das “marujas” e “marujos”: para exercerem as funções no ano seguinte. Com papel marcante em toda a festa, a Marujada realiza desfiles pela cidade e se reúne em um banquete tradicional no último dia. Além da entrega, pelos juizes da festa, da vara simbólica aos que serão “marujos” e “marujas” no próximo ano, é nessa hora que se faz o “Responsus do Divino”, onde um puxador de “Responsus” lidera a cerimônia e um grupo entoia um canto triste, ao som de atabaques e violinos, após o que se inicia o almoço. À tarde, acontece a procissão aberta com duas alas de “marujos” e “marujas”, à noite, a marujada vem fazer o agradecimento à porta da igreja. Só à meia-noite encerram-se os festejos com fogos de artifícios.

Os Bois-Bumbás e os Cordões de Pássaros, outros dois exemplos da cultura popular de Bragança, embora tradicionais na região, surgem e desaparecem, sem marcar identidade. Eles são organizados por ocasião dos festejos juninos e/ou por ocasião do concurso oficial promovido pela Prefeitura Municipal.

Embora sem incentivos, Bragança possui uma grande variedade de produtos que são confeccionados pelos artesãos locais. São objetos de cerâmica, tijolos, telhas, vasos, vassouras, bolsas, estátuas, peças de crochê e tricô, móveis, cestas, gaiolas, abajures e arranjos diversos, constituindo-se em peças que possuem tanto valor artístico quanto utilitário. Além disso, há fabricação de embarcações e vários outros apetrechos de pesca, como currais, espinhéis, tarrafas, etc.

O município de Bragança orgulha-se de seus monumentos históricos e culturais, como a Igreja de São Benedito. Tanto a construção da igreja como a confecção da imagem do Santo, datam do século XVIII. Dignos de registro são também a igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, a mais antiga da cidade com data, também, do século XVIII; o Instituto de Santa Terezinha, tradicional educandário do Município; e, o Forte de Caeté, fora da sede, numa ilha em frente ao litoral de Bragança, construído pelos portugueses, em 1614. Os equipamentos culturais de maior destaque no município de Bragança são a Casa da Cultura e a Biblioteca.

2 ASPECTOS FÍSICO - TERRITORIAIS

2.1 LOCALIZAÇÃO

O município de Bragança pertence à mesoregião Nordeste Paraense e à microrregião Bragantina.

A sede municipal, tem as seguintes coordenadas geográficas: 01° 03'15" de latitude Sul e 46° 46' 10 " de longitude a Oeste de Greenwich.

2.2 LIMITES

Ao Norte - Oceano Atlântico

Ao Sul - Municípios de Santa Luzia do Pará e Viseu

A Leste - Municípios de Augusto Corrêa e Viseu

A Oeste - Município de Tracuateua

2.3 SOLOS

No Município, estão presentes os solos de Terra Firme, representados pelos seguintes tipos: Podzólico Vermelho-Amarelo, Concrecionário, Laterítico, Plintossolo e Latossolo Amarelo cascalhento. Os solos localizados às proximidades do litoral são os solos indiscriminados de Mangue. Nas Várzeas, estão presentes os solos Hidromórficos indiscriminados e Aluviais.

2.4 VEGETAÇÃO

A cobertura vegetal original da Terra Firme, composta pelo subtipo Floresta Densa dos baixos platôs, foi substituída pela ação dos desmatamentos, pela Floresta Secundária, atingindo esta vários estágios de regeneração. Nas planícies aluviais, principalmente ao longo das margens do alto e médio curso do rio Caeté, ocorrem Florestas de Várzeas que, em parte, foram também desmatadas para o cultivo do arroz. No litoral e no baixo curso dos rios, dominam os Manguezais, secundados pela Restinga e pelos Campos Naturais.

2.5 PATRIMÔNIO NATURAL

A alteração da cobertura vegetal, observada nas imagens LANDSAT-TM, do ano de 1986, estava em 74,53%, o que condicionando o patrimônio natural do Município ao rio Caeté, com mais ou menos, 60 Km navegáveis, onde aparecem belas praias oceânicas, como a de Ajuruteua, e o Manguezal da orla flúvio-marinha.

2.6 TOPOGRAFIA

A topografia é bastante modesta, não havendo valores altimétricos expressivos. No Município, as cotas mais elevadas no Município giram em torno de 30 metros, posicionadas na sua porção meridional, até atingir o nível do mar, na região litorânea.

2.7 GEOLOGIA E RELEVO

O município de Bragança difere um pouco da simplicidade geológica dos Municípios de sua microrregião, por apresentar, além dos sedimentos Terciários(Formação Barreiras) e Quaternários Atuais e Subatuais, rochas graníticas de idade Pré-Cambriana, largamente utilizadas como matéria-prima para a construção civil, Destacam-se, ainda, exposições de rochas da seqüência carbonática, de idade Cretáceo/Terciário(Formação Pirabas), utilizadas largamente na fabricação de cimento, assim como rochas da Formação Gurupi, constituídas por metassedimentos e metavulcânicas, cortadas por meio de quartzo, alguns deles auríferos. A morfologia geral, corresponde à unidade morfoestrutural do Planalto Rebaixado da Amazônia(da Zona Bragantina), constituído pelas áreas tabulares (Formação Barreiras), áreas levemente colinosas (cristalino) e área de planícies fluviomarinha, onde se destacam as ilhas de praias e manguezais.

2.8 HIDROGRAFIA

O principal destaque da hidrografia de Bragança é o rio Caeté, que nasce no município de Bonito, a Sudoeste, e percorre a extensão de 60Km(da nascente à foz), apresentando trechos ora estreitos, ora largos(principalmente próximo a sua foz), onde recebe influência das marés. Parte do seu curso é sinuoso, apresentando considerável trecho de Várzea. Os afluentes que recebe pela margem direita são os mais importantes, como o Jenipau-Açu e o Água Preta, enquanto que, pela margem esquerda, recebe o rio Cipó-Apara e os igarapés Anauera e do Meio. Nessa margem, situa-se a cidade de Bragança, a cerca de 25Km da foz. O rio Arapucu, afluente da margem direita do rio Caeté, serve de limite a Nordeste com o município de Augusto Corrêa. O rio Tracuateua, com seu afluente da margem esquerda, igarapé Açaiteua, limita Bragança a Oeste, com os municípios de Primavera e Capanema.

2.9 CLIMA

O clima do município de Bragança, conforme dados obtidos pelo IBGE e, localmente, na Estação Meteorológica de Tracuateua é similar ao da média da região Bragantina: equatorial superúmido, com temperatura máxima de 33°C e mínima de 18°C, apresentando média de 27°C e elevada pluviosidade de 2.501 mm/ano, com período chuvoso nos primeiros seis meses do ano.

3 DADOS ESTATÍSTICOS

3.1 DEMOGRAFIA

3.1.1 População, Área e Densidade Demográfica 1980/91/96-07

Anos	População (Hab.)	Área (Km²)	Densidade (Hab./Km²)
1980	85.087	3.258,00	26,12
1991	97.149	3.703,94	26,23
1996	84.826	2.344,10	36,19
1997 ⁽¹⁾	85.957	2.344,10	36,67
1998 ⁽¹⁾	86.911	2.344,10	37,08
1999 ⁽¹⁾	87.866	2.344,10	37,48
2000	93.779	2.333,70	40,01
2001 ⁽¹⁾	95.352	2.333,70	40,86
2002 ⁽¹⁾	96.618	2.333,70	41,40
2003 ⁽¹⁾	97.935	2.333,70	41,97
2004 ⁽¹⁾	100.924	2.333,70	43,25
2005 ⁽¹⁾	102.232	2.333,70	43,81
2006 ⁽¹⁾	103.749	2.333,70	44,46
2007 ⁽¹⁾	105.258	2.333,70	45,10

Fonte: IBGE

Elaboração : SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) População Estimada.

3.1.2 População Segundo Situação da Unidade Domiciliar 1980/91/96-07

Anos	Urbana	Rural
1980	35.924	49.163
1991	49.600	47.549
1996	45.150	39.676
1997 ⁽¹⁾	45.752	40.205
1998 ⁽¹⁾	46.260	40.651
1999 ⁽¹⁾	46.768	41.098
2000 ⁽²⁾	56.572	37.207
2001 ⁽¹⁾	57.521	37.831
2002 ⁽¹⁾	58.285	38.333
2003 ⁽¹⁾	59.079	38.856
2004 ⁽¹⁾	60.882	40.042
2005 ⁽¹⁾	61.671	40.561
2006 ⁽¹⁾	62.586	41.163
2007 ⁽¹⁾	63.497	41.761

Fonte: IBGE

Elaboração e Cálculo : SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) População Estimada; (2) No Censo 2000 o IBGE seguiu critérios próprios para definir área urbana e rural.

3.1.3 População por Sexo 1980/91/96-07

Anos	Masculino	Feminino
1980	43.018	42.069
1991	49.145	48.004
1996	43.463	41.363
1997 ⁽¹⁾	44.042	41.915
1998 ⁽¹⁾	44.531	42.380
1999 ⁽¹⁾	45.021	42.845
2000	47.772	46.007
2001 ⁽¹⁾	48.573	46.779
2002 ⁽¹⁾	49.218	47.400
2003 ⁽¹⁾	49.889	48.046
2004 ⁽¹⁾	51.412	49.512
2005 ⁽¹⁾	52.078	50.154
2006 ⁽¹⁾	52.851	50.898
2007 ⁽¹⁾	53.620	51.638

Fonte: IBGE
 Elaboração e Cálculo: SEPOF/DIEPI/GEDE
 (1) População Estimada.

3.1.4 Indicadores Demográficos 1980/91/96/00

Indicadores	1980	1991	1996	2000
Razão de Sexo	102,26	102,38	105,08	103,84
Taxa de Urbanização	42,22	51,06	53,23	60,32
Razão de Dependência	107,55	102,47	89,42	...
Índice de Envelhecimento	7,89	9,37	11,38	...
Taxa de Incremento Geométrica	...	1,21	-2,68	2,54

Fonte: IBGE
 Elaboração E Cálculo : SEPOF/DIEPI/GEDE

3.1.5 Habitantes por Unidades Domiciliares 1996/00

Anos	População (Hab.)	Unidades Domiciliares	Habitantes / Unidades Domiciliares
1996	84.826	19.895	4,26
2000	93.779	18.663	5,02

Fonte: IBGE
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.1.6 Domicílios Particulares Permanentes, por Alguns Serviços e Bens Duráveis Existentes nos Domicílios 1991 / 2000

Serviços / Bens Duráveis	1991		2000	
	Nº de Domicílios	%	Nº de Domicílios	%
Total de Domicílios			18.692	-
Coleta de Lixo	2.039	11,61	6.786	36,30
Iluminação Elétrica	9.349	53,13	14.117	75,52
Linha Telefônica Instalada	512	2,91	871	4,66
Forno Microondas	-	-	321	1,72
Geladeira ou Freezer	4.829	27,44	8.834	47,26
Máquina de Lavar Roupa	109	0,62	939	5,02
Aparelho de Ar Condicionado	-	-	272	1,46
Rádio	8.587	48,80	13.004	69,57
Televisão	5.243	29,79	11.885	63,58
Videocassete	-	-	1.745	9,34
Microcomputador	-	-	120	0,64
Automóvel Uso Particular	364	2,07	1.179	6,31

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.1.7 População Residente, Segundo Algumas Características 1991/2000

Características	1991		2000	
	População	%	População	%
Cor ou Raça				
Branca	12.642	13,01	16.145	17,22
Preta	939	0,97	2.898	3,09
Amarela	29	0,03	46	0,05
Parda	83.126	85,56	74.009	78,92
Indígena	12	0,01	107	0,11
Sem Declaração	-	-	575	0,61
Religião ⁽¹⁾				
Católica apostólica romana	87.631	90,20	79.409	84,68
Evangélicas	7.482	7,70	11.364	12,12
Espírita	-	-	48	0,05
Umbanda e Candomblé	-	-	20	0,02
Judaica	-	-	-	-
Religiões Orientais	56	0,06	11	0,01
Outras Religiosidades	-	-	469	0,50
Sem Religião	1.630	1,68	2.367	2,52
Não Determinadas	207	0,03	-	-
Estado Civil				
Casado(a)	12.118	18,36	16.501	23,78
Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente	90	0,14	375	0,54
Divorciado(a)	-	-	168	0,24
Viúvo(a)	2.460	3,73	2.457	3,54
Solteiro(a)	31.113	47,15	49.874	71,89
Anos de Estudos⁽²⁾				
Sem Instrução e menos de 1 ano	20.389	30,90	10.352	14,92
1 a 3 anos	24.253	36,75	23.889	34,43
4 a 7 anos	15.006	22,74	20.559	29,63
8 a 10 anos	3.724	5,64	7.578	10,92
11 a 14 anos	2.441	3,70	5.781	8,33
15 anos ou mais	130	0,20	679	0,98
Não determinados	49	0,07	538	0,78
Tipo de Deficiência ^(3 e 4)				
Pelo menos uma das deficiências enumeradas	-	-	14.791	15,77
Deficiência mental permanente	-	-	1.350	1,44
Deficiência Física			1.017	1,08
Tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente.	-	-	642	63,13
Falta de membro ou de parte dele ⁽⁵⁾	-	-	375	36,87
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de enxergar.	-	-	11.254	12,00
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir	-	-	2.716	2,90
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas	-	-	4.797	5,12
Nenhuma destas deficiências ⁽⁶⁾	-	-	78.451	83,66

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de religião; (2) Considerou-se a população de 10 anos ou mais; (3) As pessoas incluídas em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez; (4) Inclusive as pessoas sem declaração destas deficiências; (5) Falta de perna, braço, mão, pé ou dedo polegar e (6) Inclusive a população sem qualquer deficiência.

3.1.8 Indicadores de População de 10 ou Mais De Idade, Economicamente Ativa e Ocupada 1991/2000

Indicadores	1991	2000
População Residente de 10 anos ou mais	65.990	69.376
População Economicamente Ativa – PEA	29.750	36.044
População Ocupada – POC	28.726	32.485
Taxa de Atividade	45,08	51,95
Taxa de Desocupação	3,44	9,87

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.1.9 Distribuição da POC por Classe de Rendimento Nominal Mensal de Todos os Trabalhos em Salário Mínimo (1) 2000

Classe de Rendimentos	POC	%
Total da POC	32.485	-
Até 1	12.452	38,33
Mais de 1 a 2	7.549	23,24
Mais de 2 a 3	1.665	5,13
Mais de 3 a 5	1.910	5,88
Mais de 5 a 10	1.149	3,54
Mais de 10 a 20	372	1,15
Mais de 20	90	0,28
Sem rendimento ⁽²⁾	7.298	22,47

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00; (2) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefício

3.1.10 Distribuição da POC por Posição na Ocupação e a Categoria no Trabalho Principal 1991/2000

Posição na Ocupação no Trabalho	1991		2000	
	POC	%	POC	%
Total POC			32.485	-
Empregados	7.589	26,42	11.382	35,04
Com carteira de trabalho assinada ⁽¹⁾	-	-	2.035	17,88
Militares e funcionários públicos estatutários	-	-	1.517	13,33
Outros sem carteira de trabalho assinada ⁽²⁾	-	-	7.830	68,79
Empregadores	561	3,41	664	2,04
Conta própria	5.713	34,78	13.242	40,76
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	1.402	8,53	6.035	18,58
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	-	-	1.162	3,58

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) Inclusive os trabalhadores domésticos;

(2) Inclusive os aprendizes ou estagiários sem remuneração.

3.1.11 Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Ocupadas na Semana de Referência, por Seção de Atividade do Trabalho Principal 1991/2000

Seção	1991		2000	
	Pop. de 10 anos ou mais	%	Pop. de 10 anos ou mais	%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração florestal e pesca	17.302	60,23	15.741	48,46
Indústria extrativa, indústria de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água.	1.162	4,05	1.755	5,46
Construção	722	2,51	1.119	3,44
Comércio reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos.	-	-	5.169	15,91
Alojamento e alimentação	-	-	986	3,04
Transporte, armazenagem e comunicação.	618	2,15	875	2,69
Intermediação financeira e atividade imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas.	-	-	602	1,85
Administração pública, defesa e seguridade social.	606	2,11	998	3,07
Educação	-	-	1.920	5,91
Saúde e serviços sociais.	-	-	340	1,05
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais.	-	-	708	2,18
Serviços domésticos.	-	-	1.506	4,64
Organismos internacionais e outras instituições extraterritorial.	-	-	-	-
Atividades mal definidas	-	-	747	2,30

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.1.12 Pessoas não Naturais da Unidade da Federação que Tinham Menos de 10 Anos, Ininterruptos de Residência na Unidade da Federação 2000

Tempo Ininterruptos na Unidade da Federação	Pop. Não Naturais	%
Total de Pessoas não Naturais	1.965	-
Menos de 1 ano	272	13,84
1 a 2 anos	687	34,96
3 a 5 anos	392	19,95
6 a 9 anos	615	31,30

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.2 SAÚDE

3.2.1 Unidades Ambulatoriais Cadastradas no SIASUS 1999-2003

Estabelecimentos	1999	2000	2001	2002	2003 ⁽¹⁾
Posto de Saúde	10	9	9	9	9
Centro de Saúde	2	3	3	3	3
Ambulatório de Unidade Hospitalar Geral	3	3	3	3	3
Consultório	4	4	4	4	4
Outros Serviços Auxiliares de Diagnose e Terapia	1	1	1	1	1
Unidade Móvel Terrestre p/ Atend. Médico/Odontol	-	-	1	1	1
Unidade de Saúde da Família	3	5	5	5	5
Unidade de Vigilância Sanitária	1	1	1	1	1
Unidade não Especificada	-	1	1	1	-
TOTAL	24	27	28	28	27

Fonte: DATASUS/MS
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE
 Nota: atualizado em Dez/2004
¹ posição JUL/2003

3.2.2 Leitos por Habitantes 1999-2003

Leitos	1999	2000	2001	2002	2003 ⁽¹⁾
Número de Leitos	411	411	411	411	411
Leitos/ Mil Habitantes	4,68	4,38	4,31	4,25	4,20

Fonte: DATASUS/MS
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE
 Nota: atualizado em Dez/2004
¹ posição JUL/2003

3.2.3 Hospitais e Leitos Segundo Algumas Características 1999 - 2003

Hospitais	Hospitais					Leitos				
	1999	2000	2001	2002	2003 ¹	1999	2000	2001	2002	2003 ⁽¹⁾
POR NATUREZA										
Contratado	2	2	2	2	2	204	204	204	204	204
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Filantropico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Filantropico Isento	1	1	1	1	1	207	207	207	207	207
Universit./Pesq.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POR REGIME										
Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privado	3	3	3	3	3	411	411	411	411	411
Universitário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DATASUS/MS
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE
 Nota: atualizado em Dez/2004
¹ posição JUL/2003

3.2.4 Nascimento por Residência da Mãe, Segundo Sexo 1996-2002

Sexo	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Masculino	1.025	1.166	917	1.091	1.152	1.177	1.126
Feminino	926	1.085	852	1.031	1.054	1.116	1.138

Fonte: DATASUS/MS
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE
 Nota: atualizado em DEZ/2004

3.2.5 Natalidade por Residência da Mãe, Segundo Peso ao Nascer 1996-2002

Peso	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Menos de 500g	-	1	-	1	-	-	-
500 a 999g	-	1	-	-	-	7	3
1.000 a 1.499g	6	5	5	10	3	11	5
1.500 a 2.499g	99	94	61	89	103	101	113
2.500 a 2.999g	330	389	286	326	311	365	433
3.000 a 3.999g	1.314	1.541	1.238	1.477	1.581	1.617	1.519
4.000 e mais	200	217	178	218	207	192	190
Ignorado	4	3	1	1	1	-	1
TOTAL	1.953	2.251	1.769	2.122	2.206	2.293	2.264

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE

Nota: atualizado em DEZ/2004

3.2.6 Nascimento por Faixa Etária e Residência da Mãe 1996-2002

Faixa Etária da Mãe	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
10 a 14 anos	23	29	29	26	32	22	30
15 a 19 anos	524	711	569	696	713	750	748
20 a 24 anos	653	804	587	739	813	834	843
25 a 29 anos	384	383	318	375	382	391	360
30 a 34 anos	188	177	156	169	151	175	174
35 a 39 anos	116	97	74	82	85	84	78
40 a 44 anos	55	38	24	28	23	32	29
45 a 49 anos	2	4	3	3	3	4	2
50 a 54 anos	-	2	1	-	-	-	-
55 a 59 anos	-	-	-	-	-	-	-
Idade Ignorada	8	6	8	4	4	-	-
TOTAL	1.953	2.251	1.769	2.122	2.206	2.292	2.264

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE

Nota: atualizado em DEZ/2004

3.2.7 Óbitos por Residência, Segundo o Sexo 1996-2002

Sexo	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Masculino	169	196	235	181	186	208	250
Feminino	141	154	208	137	101	158	186
TOTAL	310	350	443	318	287	366	436

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE

Nota: atualizado em DEZ/2004

3.2.8 Óbitos por Residência, Segundo Faixa Etária 1996-2002

Faixa Etária da Mãe	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Menor de 1 ano	14	36	74	50	50	56	62
1 a 4 anos	1	8	18	12	12	10	16
5 a 9 anos	1	4	4	2	1	4	7
10 a 14 anos	5	4	6	8	3	4	6
15 a 19 anos	7	8	12	6	6	4	7
20 a 29 anos	12	11	22	11	9	12	24
30 a 39 anos	15	19	29	18	18	18	22
40 a 49 anos	22	19	25	25	24	24	21
50 a 59 anos	31	44	33	26	25	28	30
60 a 69 anos	52	58	61	43	32	51	61
70 a 79 anos	75	70	68	53	58	73	74
80 anos e mais	75	68	91	64	49	82	106
Ignorada	-	1	-	-	-	-	-
TOTAL	310	350	443	318	287	366	436

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE

Nota: atualizado em DEZ/2004

3.2.9 Mortalidade Geral Segundo Principais Causas 1996-02

Causas	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Sistema Nervoso	-	3	-	-	1	2	1
Aparelho Circulatório	32	36	34	33	35	33	34
Aparelho Respiratório	11	29	16	18	19	9	21
Aparelho Digestivo	9	9	12	6	8	6	8
Transtornos Mentais e Comportamentais	-	-	1	1	-	-	-
Causas Externas de Morbidade e Mortalidade	19	20	22	13	14	10	20
Gravidez, Parto e Puerpério	-	2	6	4	1	1	-
Aparelho Geniturinário	4	1	4	1	3	2	5

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE

Nota: atualizado em DEZ/2004

3.2.10 Morbidade Hospitalar dos SUS 1995-03

Anos	Internações
1995	18.672
1996	19.001
1997	18.722
1998	16.741
1999	17.101
2000	17.382
2001	18.398
2002	16.970
2003 ¹	16.530

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE

Nota: atualizado em Dez/2004

¹ posição JUL/2003

3.2.11 Óbitos / Residência por Causas Evitáveis 1995-00

Causas	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Redutíveis por Imunoprevenção	-	-	-	2	4	2
Redutíveis por Adequado Controle na Gravidez	-	-	1	-	1	3
Redutíveis por Adequada Atenção ao Parto	-	2	4	3	4	5
Redutíveis por Ações Prev/dia Gn/Tratamento Precoces	41	69	96	94	83	87
Redutíveis Através de Parcerias com Outros Setores	16	32	33	47	23	19
Não Evitáveis	-	1	5	3	2	6
Mal Definidas	230	205	208	287	196	164
Não Classificadas	20	1	3	7	5	1
TOTAL	307	310	350	443	318	287

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE

3.3 EDUCAÇÃO

3.3.1 Estabelecimentos por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-05

Anos/ Graus	Estabelecimentos				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1996 Pré-Escolar	-	28	14	-	42
Ensino Fundamental	-	112	139	4	255
Ensino Médio	-	4	-	1	5
1997 Pré-Escolar	-	21	12	2	35
Ensino Fundamental	-	78	115	2	195
Ensino Médio	-	4	-	1	5
1998 Pré-Escolar	-	17	7	4	28
Ensino Fundamental	-	78	126	3	207
Ensino Médio	-	5	-	1	6
1999 Pré-Escolar	-	20	8	4	32
Ensino Fundamental	-	80	115	2	197
Ensino Médio	-	5	-	1	6
2000 Pré-Escolar	-	16	12	3	31
Ensino Fundamental	-	77	119	2	198
Ensino Médio	-	5	-	1	6
2001 Pré-Escolar	-	20	32	4	56
Ensino Fundamental	-	76	115	3	194
Ensino Médio	-	7	-	1	8
2002 Pré-Escolar	-	16	29	3	48
Ensino Fundamental	-	72	114	2	188
Ensino Médio	-	7	-	1	8
2003 Pré-Escolar	-	13	31	3	47
Ensino Fundamental	-	68	116	2	186
Ensino Médio	-	7	-	1	8
2004 Pré-Escolar	-
Ensino Fundamental	-	68	114	3	185
Ensino Médio	-	7	-	1	8
2005 Pré-Escolar	-	-	31	3	34
Ensino Fundamental	-	64	115	4	13
Ensino Médio	-	8	-	1	9

Fonte: MEC/INEP/SEDUC

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.3.2 Bibliotecas por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1999-05

Anos/ Graus	Bibliotecas				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1999					
Ensino Fundamental	-	3	2	1	6
Ensino Médio	-	2	-	1	3
2000					
Ensino Fundamental	-	7	3	1	11
Ensino Médio	-	4	-	1	5
2001					
Ensino Fundamental	-	5	3	1	9
Ensino Médio	-	4	-	1	5
2002					
Ensino Fundamental	-	6	5	1	12
Ensino Médio	-	4	-	1	5
2003					
Ensino Fundamental	-	4	7	1	12
Ensino Médio	-	3	-	1	4
2004					
Ensino Fundamental	-	5	5	1	11
Ensino Médio	-	2	-	1	3
2005					
Ensino Fundamental	-	5	2	1	8
Ensino Médio	-	3	-	1	4

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.3.3 Laboratórios de Informática por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1999-05

Anos/ Graus	Laboratórios de Informática				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1999					
Ensino Fundamental	-	-	-	-	-
Ensino Médio	-	1	-	-	1
2000					
Ensino Fundamental	-	2	1	1	4
Ensino Médio	-	1	-	1	2
2001					
Ensino Fundamental	-	2	1	1	4
Ensino Médio	-	-	1	1	2
2002					
Ensino Fundamental	-	4	1	1	6
Ensino Médio	-	3	-	1	4
2003					
Ensino Fundamental	-	5	1	1	7
Ensino Médio	-	5	-	1	6
2004					
Ensino Fundamental	-	7	1	2	10
Ensino Médio	-	5	-	1	6
2005					
Ensino Fundamental	-	4	5	1	10
Ensino Médio	-	3	-	1	4

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.3.4 Matrícula por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-06

Anos/ Graus		Federal	Estadual	Matrícula Municipal	Particular	Total
1996	Pré-Escolar	-	1.804	402	181	2.387
	Ensino Fundamental	-	20.884	7.142	620	28.646
	Ensino Médio	-	2.503	-	316	2.819
1997	Pré-Escolar	-	1.086	328	322	1.736
	Ensino Fundamental	-	16.124	5.270	1.279	22.673
	Ensino Médio	-	2.899	-	201	3.100
1998	Pré-Escolar	-	946	223	188	1.357
	Ensino Fundamental	-	18.465	8.664	419	27.548
	Ensino Médio	-	2.766	-	202	2.968
1999	Pré-Escolar	-	1.198	435	260	1.893
	Ensino Fundamental	-	17.804	8.210	356	26.370
	Ensino Médio	-	3.446	-	133	3.579
2000	Pré-Escolar	-	906	758	204	1.868
	Ensino Fundamental	-	17.834	8.379	375	26.588
	Ensino Médio	-	3.827	-	152	3.979
2001	Pré-Escolar	-	1.214	2.384	494	4.092
	Ensino Fundamental	-	17.149	8.461	1.084	26.694
	Ensino Médio	-	4.176	-	145	4.321
2002	Pré-Escolar	-	915	2.356	173	3.444
	Ensino Fundamental	-	16.421	8.697	341	25.459
	Ensino Médio	-	4.476	-	143	4.619
2003	Pré-Escolar	-	505	2.549	218	3.272
	Ensino Fundamental	-	16.635	8.401	360	25.396
	Ensino Médio	-	4.382	-	115	4.497
2004	Pré-Escolar	-	464	2.660	232	3.356
	Ensino Fundamental	-	16.588	8.444	377	25.409
	Ensino Médio	-	4.327	-	117	4.444
2005	Pré-Escolar	-	-	2.898	222	3.120
	Ensino Fundamental	-	16.125	8.751	456	25.332
	Ensino Médio	-	3.997	-	129	4.126
2006	Pré-Escolar	-	-	2.914	191	3.105
	Ensino Fundamental	-	16.010	9.138	437	25.585
	Ensino Médio	-	4.005	-	128	4.133

Fonte: MEC/INEP/SEDUC

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.3.5 Funções Docentes por Dependência Administrativa e Grau de Ensino 1996-05

Anos/ Graus	Funções Docentes					Total
	Federal	Estadual	Municipal	Particular		
1996	Pré-Escolar	-	63	15	12	90
	Ensino Fundamental	-	629	226	21	876
	Ensino Médio	-	91	-	15	106
1997	Pré-Escolar	-	43	13	8	64
	Ensino Fundamental	-	539	198	39	776
	Ensino Médio	-	115	-	31	146
1998	Pré-Escolar	-	33	7	13	53
	Ensino Fundamental	-	580	288	26	894
	Ensino Médio	-	113	-	22	135
1999	Pré-Escolar	-	41	16	14	71
	Ensino Fundamental	-	550	271	24	845
	Ensino Médio	-	127	-	15	142
2000	Pré-Escolar	-	31	30	14	75
	Ensino Fundamental	-	532	266	17	815
	Ensino Médio	-	150	-	12	162
2001	Pré-Escolar	-	9	-	-	9
	Ensino Fundamental	-	529	296	49	874
	Ensino Médio	-	201	-	20	221
2002	Pré-Escolar	-	31	90	10	131
	Ensino Fundamental	-	538	325	28	891
	Ensino Médio	-	185	-	23	208
2003	Pré-Escolar	-	17	99	9	125
	Ensino Fundamental	-	536	296	26	858
	Ensino Médio	-	213	-	25	238
2004	Pré-Escolar	-	14	104	13	131
	Ensino Fundamental	-	525	303	33	861
	Ensino Médio	-	166	-	17	183
2005	Pré-Escolar	-	-	116	12	128
	Ensino Fundamental	-	572	321	39	932
	Ensino Médio	-	193	-	18	211

Fonte: MEC/INEP/ SEDUC
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.3.6 Alunos Aprovados por Dependência Administrativa e Grau de Ensino 1996-02

Anos/ Graus	Dependência Administrativa					Total
	Federal	Estadual	Municipal	Particular		
1996	Ensino Fundamental	-	9.901	2.922	968	13.791
	Ensino Médio	-	1.497	-	236	1.733
1997	Ensino Fundamental	-	11.977	3.057	417	15.451
	Ensino Médio	-	1.613	-	189	1.802
1998	Ensino Fundamental	-	12.099	4.736	353	17.188
	Ensino Médio	-	2.234	-	185	2.419
1999	Ensino Fundamental	-	12.211	4.257	345	16.813
	Ensino Médio	-	2.297	-	121	2.418
2000	Ensino Fundamental	-	11.727	4.805	-	17.399
	Ensino Médio	-	2.759	-	128	2.887
2001	Ensino Fundamental	-	10.994	5.109	338	16.441
	Ensino Médio	-	2.745	-	120	2.865
2002	Ensino Fundamental	-	11.944	5.650	328	17.922
	Ensino Médio	-	3.021	-	110	3.131

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.3.7 Alunos Reprovados por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-02

Anos/Graus	Dependência Administrativa				Total
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	
1996 Ensino Fundamental	-	3.668	1.375	295	5.338
Ensino Médio	-	374	-	15	389
1997 Ensino Fundamental	-	3.171	1.187	23	4.381
Ensino Médio	-	134	-	11	145
1998 Ensino Fundamental	-	3.389	2.822	27	6.238
Ensino Médio	-	163	-	11	174
1999 Ensino Fundamental	-	3.257	2.617	8	5.882
Ensino Médio	-	341	-	2	343
2000 Ensino Fundamental	-	3.042	2.381	191	5.614
Ensino Médio	-	263	-	9	272
2001 Ensino Fundamental	-	3.063	2.357	16	5.436
Ensino Médio	-	367	-	16	383
2002 Ensino Fundamental	-	3.105	2.319	10	5.434
Ensino Médio	-	391	-	12	403

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.3.8 Alunos Evadidos por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-02

Anos/Graus	Dependência Administrativa				Total
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	
1996 Ensino Fundamental	-	2.345	757	72	3.174
Ensino Médio	-	905	-	31	936
1997 Ensino Fundamental	-	2.015	789	6	2.810
Ensino Médio	-	689	-	8	697
1998 Ensino Fundamental	-	2.535	1.420	5	3.960
Ensino Médio	-	819	-	12	831
1999 Ensino Fundamental	-	2.472	1.241	5	3.718
Ensino Médio	-	476	-	3	479
2000 Ensino Fundamental	-	2.665	1.225	8	3.898
Ensino Médio	-	1.081	-	5	1.086
2001 Ensino Fundamental	-	2.237	897	7	3.141
Ensino Médio	-	1.019	-	7	1.026
2002 Ensino Fundamental	-	1.900	777	-	2.677
Ensino Médio	-	1.013	-	6	1.019

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.4 EMPREGO

3.4.1 Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica do Cadastro RAIS 1999-2003

SETOR DE ATIVIDADE	1999	2000	2001	2002	2003
Extrativa Mineral	-	-	-	-	-
Indústria de Transformação	14	15	12	15	16
Serviços Industriais de Utilidade Pública	3	3	3	3	2
Construção Civil	-	-	1	1	2
Comércio	78	87	102	108	128
Serviços	50	54	55	58	67
Administração Pública	3	4	4	4	3
Agropecuária	5	5	9	8	14
Outros / Ignorados	-	-	-	-	-
TOTAL	153	168	186	197	232

Fonte: MTB/RAIS
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.4.2 Estoque de Emprego Segundo Setor de Atividade Econômica 1999-2003

SETOR DE ATIVIDADE	1999	2000	2001	2002	2003
Extrativa Mineral	-	--	-	-	-
Indústria de Transformação	38	63	62	108	205
Serviços Industriais de Utilidade Pública	38	40	40	43	38
Construção Civil	-	-	-	14	12
Comércio	321	359	374	458	569
Serviços	407	417	469	491	554
Administração Pública	380	357	345	485	467
Agropecuária	8	9	68	63	78
Outros / Ignorados	-	-	-	-	-
TOTAL	1.192	1.245	1.358	1.662	1.923

Fonte: MTB/RAIS
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.5 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

3.5.1 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – 1970/1980/1991/2000

IDH	Anos			
	1970	1980	1991	2000
IDH – M	0,349	0,422	0,449	0,662
IDH – M Longevidade	0,473	0,494	0,561	0,662
IDH – M Educação	0,441	0,474	0,513	0,774
IDH – M Renda	0,133	0,299	0,274	0,550

Fonte: PNUD/IPEA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.6 POLÍTICO ELEITORAL

3.6.1 Eleitores e Seção Eleitoral 1996/98/00/04/06

Anos	Seções	Eleitores
1996	187	48.319
1998	185	44.401
2000	193	51.001
2002	196	54.024
2004	...	57.753
2006	...	62.053

Fonte: TRE
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.6.2 Eleitores por Sexo 1996/98/00

Sexo	1996	1998	2000	2002
Feminino	23.312	20.935	25.367	27.244
Masculino	24.856	23.321	25.509	26.665
Não Informou	151	145	125	112

Fonte: TRE
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.7 ENERGIA ELÉTRICA

3.7.1 Consumidores e Consumo de Energia Elétrica por Classe 1995-03

Anos/Classe	Consumidores	Consumo (Kwh)
1995		
Residencial	10.048	10.130.332
Comercial	751	2.975.810
Industrial	19	2.198.913
Outros
Total
1996		
Residencial	9.631	10.237.077
Comercial	750	3.369.815
Industrial	15	1.305.328
Outros	165	4.854.182
Total	10.561	19.766.402
1997		
Residencial	9.860	11.403.969
Comercial	815	3.911.629
Industrial	16	1.454.847
Outros	180	5.220.308
Total	10.871	21.990.753
1998		
Residencial	10.041	11.912.170
Comercial	948	...
Industrial	14	...
Outros	175	...
Total	11.178	23.432.751
1999		
Residencial	10.694	13.058.387
Comercial	1.017	3.952.957
Industrial	13	2.435.996
Outros	188	7.077.045
Total	11.912	26.524.385
2000		
Residencial	11.085	14.327.040
Comercial	1.073	4.409.759
Industrial	14	2.458.132
Outros	211	7.558.093
Total	12.388	28.753.024
2001		
Residencial	11.605	12.926.309
Comercial	1.237	4.366.413
Industrial	32	3.362.804
Outros	173	7.909.546
Total	13.047	28.565.072
2002		
Residencial	12.738	13.242.948
Comercial	1.368	4.645.386
Industrial	47	4.295.843
Outros	190	8.291.229
Total	14.343	30.475.406
2003		
Residencial	13.901	14.758.990
Comercial	1.396	5.204.757
Industrial	69	6.056.984
Outros	199	9.024.976
Total	15.565	35.045.707

3.7.2 Consumidores e Consumo de Energia Elétrica por Classe 2004-06

Anos/Classe	Consumidores	Consumo (Kw/h)
2004		
Residencial	15.196	15.562.036
Comercial	78	6.391.570
Industrial	1.443	5.327.218
Outros	248	9.168.026
Total	16.965	36.448.850
2005		
Residencial	16.153	17.906.033
Comercial	1.511	6.581.670
Industrial	90	5.907.145
Outros	255	9.443.067
Total	18.009	39.837.915
2006		
Residencial	17.053	18.750.557
Comercial	1.597	7.225.115
Industrial	89	6.521.302
Outros	1.351	9.474.792
Total	20.090	41.971.766

Fonte: CELPA/ REDE CELPA
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.8 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

3.8.1 Consumidores e Consumo de Água por Classe 1995-05

Anos/Classe	Consumidores (Economias)	Consumo (Volume faturado em m³)
1995		
Residencial	5.524	1.325.200
Comercial	142	31.850
Industrial	2	680
1996		
Residencial	5.561	1.414.095
Comercial	146	30.760
Industrial	2	600
1997		
Residencial	7.827	1.419.530
Comercial	273	28.490
Industrial	2	400
1998		
Residencial	8.142	1.433.334
Comercial	287	25.895
Industrial	1	125
1999		
Residencial	8.781	1.433.612
Comercial	313	23.850
Industrial	2	3.040
2000		
Residencial	8.781	1.353.969
Comercial	313	28.344
Industrial	2	...
2001		
Residencial	8.561	1.200.359
Comercial	319	60.593
Industrial	1	-
2002		
Residencial	8.595	1.219.272
Comercial	327	25.215
Industrial	1	-
Público	224	39.972
2003		
Residencial	8.765	1.149.235
Comercial	331	66.470
Industrial	1	-
Público	224	29.326
2004		
Residencial	8.821	1.105.820
Comercial	333	26.456
Industrial	1	-
Público	224	27.716
2005		
Residencial	5.472	91.914
Comercial	165	2.106
Industrial	-	-
Público	199	3.095

Fonte: COSANPA
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.9 COMUNICAÇÃO

3.9.1 Terminais Instalados e Postos de Serviços 1995-02

Ano	Terminais Instalados	Telefone de Uso Público
1995 ⁽¹⁾	840	2
1996 ⁽¹⁾	1.152	2
1997 ⁽¹⁾	1.152	1
1998 ⁽¹⁾	1.152	1
1999	1.280	...
2000	1.364	...
2001	5.061	...
2002	5.061	...

Fonte: TELEPARÁ/TELEMAR/AMAZÔNIA CELULAR

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

⁽¹⁾ No período de 1995 a 1998, era denominado Postos de Serviços, em seguida passou a denominar-se Telefone de Uso Público

3.9.2 Área de Cobertura Celular por Operadora - Jul / 2003

Operadoras com Acessos
Amazônia Celular, Vivo, Oi e Tim

Fonte : A própria Operadora

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.9.3 Emissoras de Rádio, Televisão e Repetidoras 1995-02

Anos	Rádio	Televisão	Repetidora
1995	3	-	2
1996	-	-	-
1997	3	-	4
1998	3	-	6
1999	3	-	6
2000	3	-	...
2001	3	-	6
2002	4	-	6

Fonte : DENTEL

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.9.4 Agências e Postos dos Correios 1997-02

Anos	Agências(1)	Postos	Caixa de Coleta
1997	3	-	...
1998	2	-	3
1999	2	-	3
2000	2	-	4
2001	3	-	4
2002	4	-	4

Fonte: EBCT

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) Incluído Agências Franqueadas

3.9.5 Volume de Correspondência dos Correios e Telégrafos 1999-00

Serviços	1999	2000
Carta e Impresso Registrado	636.706	18.138
Vale Postal Nacional	122	768
Encomenda Normal	32	408
Sedex	11.633	4.176
Caixas Postais	49	47
Objeto Simples Recebido	11.046	19.133
Telegrama de Balcão	-	225

Fonte: EBCT

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.9.6 Volume de Correspondência dos Correios e Telégrafos 2002

Serviços	2002
Impressos Simples/Registrado	1.404.780
Sedex	22.053
Malote	2.824
Telegrama	1.017
SEED C/C	6.411
TOTAL	1.437.085

Fonte: EBCT

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

Nota: Nova classificação de serviços utilizada pelas Empresas de Correios a partir de 2002, incluindo distribuição de entradas e saídas.

3.10 TRANSPORTE

3.10.1 Veículos por Tipo 1995-05

Tipo	1995	1996	1997	1998	1999	2000(1)	2001	2002	2003	2004	2005
Motoneta	4	6	...	11	28	52	100	221	309	338	415
Motocicleta	153	217	...	307	422	472	602	1.116	1.427	1.527	1.752
Automóvel	663	813	...	973	1.252	1.098	1.172	1.281	1.405	1.466	1.529
Microônibus	2	2	...	7	13	21	22	20	23	21	26
Ônibus	37	51	...	63	76	67	87	88	88	88	99
Reboque	2	2	...	3	7	9	9	11	13	14	17
Semi-Reboque	7	7	...	8	11	6	4	2	2	4	3
Utilitário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3
Camioneta	238	278	...	316	365	286	287	299	299	87	94
Caminhão	224	230	...	232	253	177	185	202	232	247	264
Caminhão-Trator	10	9	...	12	12	5	4	4	4	5	5
Caminhonete	-	-	...	-	2	21	39	66	86	347	368
TOTAL	1.340	1.615	...	1.932	2.441	2.214	2.511	3.310	3.888	4.146	4.575

Fonte: DETRAN

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) Para o ano 2000 foram considerados apenas veículos circulantes e com cadastro no sistema RENAVAL (placas 3 letras)

3.10.2 Veículos Licenciados e não Licenciados 1995-05

Anos	Licenciados	Não Licenciados	Total
1995	750	591	1.341
1996	558	1.059	1.617
1997
1998	683	1.256	1.939
1999	1.430	889	2.319
2000	1.523	691	2.214
2001	1.630	881	2.511
2002	2.227	1.083	3.310
2003	2.324	1.564	3.888
2004	2.356	1.790	4.146
2005	2.693	1.882	4.575

Fonte: DETRAN

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.10.3 Carteiras de Habilitação Expedidas 1995-05

Anos	Carteira de Habilitação
1995	101
1996	546
1997	232
1998	889
1999	572
2000	
Masculino	461
Feminino	49
2001	
Masculino	542
Feminino	67
2002	
Masculino	448
Feminino	60
2003	
Masculino	701
Feminino	102
2004	
Masculino	2.467
Feminino	328
2005	
Masculino	123
Feminino	15

Fonte: DETRAN
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.10.4 Fluxo de Passageiros por Terminal Rodoviário Intermunicipal e Interestadual 1995-03

Anos	Intermunicipal	Interestadual
CAPACIDADE	310	-
ITINERÁRIO		
Federal	BR 316	-
Estadual	242	-
PASSAGEIROS		
1995		
Embarque	135.294	-
Desembarque	81.176	-
1996		
Embarque	120.873	-
Desembarque	102.742	-
1997		
Embarque	98.686	-
Desembarque	66.333	-
1998		
Embarque	66.333	-
Desembarque	64.343	-
1999		
Embarque	98.757	-
Desembarque	90.572	-
2000		
Embarque	106.099	-
Desembarque	105.506	-
2001		
Embarque	130.066	-
Desembarque	122.430	-
2002		
Embarque	82.955	3.715
Desembarque	63.744	62.795
2003		
Embarque	103.854	-
Desembarque	15.578	-

Fonte: DETRAN
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE
Obs: A SINART passou a administrar o Terminal Rodoviário de Belém e as Estações Rodoviárias do Interior a partir de Maio/2003

3.11 PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL

3.11.1 Composição do Produto Interno Bruto a Preço de Mercado Corrente 1997-2004 (R\$ Mil)

Ano	Valor Adicionado bruto a preço básico corrente (+)	Serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (-)	Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios. (+)	Produto interno bruto a preço de mercado corrente
1997	112.651	737	1.056	112.969
1998	99.966	1.294	1.375	100.047
1999	102.855	1.115	1.207	102.946
2000	105.022	1.113	1.708	105.616
2001	133.892	1.804	2.014	134.103
2002	149.211	3.477	2.294	148.028
2003	173.417	3.350	3.339	173.405
2004	186.939	3.484	2.852	186.307

Fonte: IBGE – SEPOF / DIEPI / GERES
Elaboração: SEPOF / DIEPI / GERES

3.11.2 Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor 1997-2004 (R\$ Mil)

Ano	Agropecuário	Indústria	Serviços	V.A
1997	41.485	6.690	64.476	112.651
1998	27.532	6.608	65.826	99.966
1999	29.442	6.562	66.851	102.855
2000	28.569	7.088	69.364	105.022
2001	49.537	10.439	73.916	133.892
2002	45.796	17.410	86.006	149.211
2003	44.844	27.837	100.736	173.417
2004	38.460	31.087	117.392	186.939

Fonte: IBGE – SEPOF / DIEPI / GERES
Elaboração: SEPOF / DIEPI / GERES

3.11.3 Produto Interno Bruto per Capita a Preço de Mercado Corrente - 1997-2004

Ano	PIB			PIB PERCAPITA	
	Valor (R\$ Mil)	Participação	Ranking no Estado	Valor (R\$)	Ranking no Estado
1997	112.969,46	0,77	21	1.314,26	99
1998	100.046,82	0,64	24	1.095,04	117
1999	102.946,47	0,62	27	1.102,82	121
2000	105.616,20	0,56	31	1.113,64	130
2001	134.102,79	0,62	29	1.391,97	116
2002	148.028,34	0,58	36	1.512,70	120
2003	173.405,39	0,59	33	1.748,43	118
2004	186.306,91	0,54	33	1.846,01	121

Fonte: IBGE – SEPOF / DIEPI / GERES
Elaboração: SEPOF / DIEPI / GERES

3.12 AGRICULTURA

3.12.1 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 1994-96

Produtos	Área Colhida (ha)			Quantidade Produzida (t)			Valor (Mil Reais)		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996	1994	1995	1996
Arroz (em casca)	660	520	505	780	562	555	195	149	127
Cana-de-Açúcar	10	10	-	200	200	-	4	3	-
Feijão (em grão)	4.460	4.420	6.000	3.122	3.536	5.400	2.029	2.210	2.700
Fumo (em grão)	150	300	320	81	150	160	109	375	536
Malva (fibra)	150	100	100	90	60	60	27	18	24
Mandioca	21.250	25.500	24.000	212.500	255.000	240.000	11.156	18.487	10.800
Milho (em grão)	4.300	4.300	4.500	2.580	2.580	2.970	516	567	653

Fonte: IBGE/PAM
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.12.2 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 1997-00

Produtos	Área Colhida (ha)				Quantidade Produzida (t)				Valor (Mil Reais)			
	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000
Algodão Herb. (em caroço)	6	5	-	-	4	2	-	-	2	1	-	...
Arroz (em casca)	340	230	210	20	348	312	337	12	58	71	70	3
Feijão (em grão)	1.200	1.600	1.350	2.100	1.080	864	1.215	1.575	680	950	607	1.103
Fumo (em folha)	60	60	50	80	30	30	25	40	83	78	66	114
Malva (fibra)	70	60	70	6	42	30	35	3	14	12	14	0
Mandioca	25.000	7.900	7.000	3.300	250.000	79.000	70.000	33.000	9.000	3.160	2.800	1.320
Milho (em grão)	1.000	800	820	550	600	240	492	330	120	52	108	86

Fonte: IBGE/PAM
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.12.3 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 2001-2002

Produtos	Área Colhida (ha)		Quant. Produzida (tonelada)		Valor (mil reais)	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Arroz (em casca)	120	130	159	177	40	62
Feijão (em grão)	3.340	5.200	2.672	4.120	2.458	4.985
Fumo (em folha)	30	20	18	11	58	55
Malva (fibra)	60	70	30	35	27	26
Mandioca	7.000	7.000	70.000	70.000	4.200	5.600
Milho (em grão)	800	1.000	480	600	125	168

Fonte: IBGE/PAM
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.12.4 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 2003-2005

Produtos	Área Colhida (ha)			Quant. Produzida (tonelada)			Valor (mil reais)		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Arroz (em casca)	90	100	95	150	191	155	75	89	48
Feijão (em grão)	3.900	4.150	3.650	3.785	3.894	3.289	3.785	4.400	4.440
Fumo (em folha)	16	15	10	12	12	7	56	53	40
Malva (fibra)	90	100	90	63	70	63	57	49	82
Mandioca	5.500	5.500	6.000	66.000	67.100	75.000	6.270	5.368	7.125
Milho (em grão)	950	900	950	570	594	570	205	238	257

Fonte: IBGE/PAM
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.12.5 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 1994-96

Produtos	Área Colhida (ha)			Quant. Produzida (mil frutos)			Valor (mil reais)		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996	1994	1995	1996
Banana ⁽²⁾	6	13	21	20	29	46	43	72	138
Cacau (em amêndoa) ⁽¹⁾	5	5	-	1	1	-	0	0	-
Coco-da-Baia	105	105	105	420	420	420	210	168	126
Laranja	62	190	200	4.433	13.585	14.300	155	339	429
Maracujá	10	28	28	576	1.613	1.613	17	64	32
Pimenta-do-Reino ⁽¹⁾	170	170	170	272	272	272	435	462	489

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) – Quantidade produzida em toneladas;

(2) – Quantidade produzida em mil cachos

3.12.6 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 1997-00

Produtos	Área Colhida (ha)				Quant. Produzida (mil frutos)				Valor (mil reais)			
	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000
Banana ⁽²⁾	21	10	12	3	46	22	26	6	115	55	52	5
Castanha de Caju ⁽¹⁾	48	48	48	46	24	24	24	23	...	13	14	15
Coco-da-Baia	35	35	100	370	140	140	600	2.220	42	42	150	488
Laranja	156	146	450	200	11.154	10.439	32.175	14.400	111	104	386	576
Pimenta-do-Reino ⁽¹⁾	90	96	96	16	144	156	156	38	676	702	1.326	144
Maracujá	-	-	-	1	-	-	-	32	-	-	-	4

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) – Quantidade produzida em toneladas; (2) – Quantidade produzida em mil cachos

3.12.7 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 2001-2002

Produtos	Área Colhida (ha)		Quant. Produzida (tonelada)		Valor (mil reais)	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Banana	10	10	220	220	59	62
Borracha (Látex)	1	2	1	5	1	5
Castanha de Caju	48	48	24	24	12	18
Coco-da-Baia ⁽¹⁾	130	285	780	1.710	195	342
Laranja	360	430	4.320	5.160	467	439
Maracujá	-	5	-	25	-	20
Pimenta-do-Reino	136	196	3.191	627	7.978	3.762

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) – Quantidade Produzida em Mil Frutos

Nota ⁽¹⁾: A partir do ano 2002 a quantidade produzida do café em coco (tonelada) passou a ser expressa em café em grão (tonelada).

Nota ⁽²⁾: A partir do ano de 2001, as quantidades produzidas dos produtos abacate, banana, caqui, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, pêra, pêssego e tangerina passaram a ser expressas em toneladas (t).

3.12.8 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 2003-2005

Produtos	Área Colhida (ha)			Quant. Produzida (tonelada)			Valor (mil reais)		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Banana	10	12	12	120	264	264	38	90	100
Borracha (Látex)	2	2	2	2	3	3	2	3	3
Castanha de Caju	48	48	48	24	24	24	12	20	20
Coco-da-Baia ⁽¹⁾	320	320	300	1.920	1.920	1.800	173	557	450
Laranja	250	250	210	3.000	2.000	1.680	780	170	151
Maracujá	8	10	5	40	50	25	31	38	20
Pimenta-do-Reino	196	246	261	627	590	604	1.850	1.593	1.208

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) – Quantidade Produzida em Mil Frutos

3.13 ARMAZENAGEM E ESTOCAGEM

3.13.1 Produtos Estocados Dentro das Unidades Armazenadoras, com Indicação do Número de Informantes e da Quantidade Existente 1995-98

Produto	1995		1996		1997		1998	
	Informantes	Quant. (t)	Informantes	Quant. (t)	Informantes	Quant. (t)	Informantes	Quant. (t)
Milho (em grão)	2	42	2	106	2	205	2	48
Feijão de Cor (em grão)	1	12	1	27	2	45	-	-
Arroz (em casca)	2	23	1	6	4	68	-	-
Arroz Beneficiado	2	22	2	25	4	38	4	43

Fonte: IBGE
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.13.2 Produtos Estocados Dentro das Unidades Armazenadoras, com Indicação do Número de Informantes e da Quantidade Existente 1999-02

Produto	1999		2000		2001		2002	
	Informantes	Quant. (t)	Informantes	Quant. (t)	Informantes	Quant. (t)	Informantes	Quant. (t)
Milho (em grão)	2	23	2	10	2	58	-	-
Feijão de Cor (em grão)	2	88	1	4	-	-	-	-
Arroz (em casca)	3	11	-	-	-	-	-	-
Arroz Beneficiado	4	28	3	66	2	31	-	-

Fonte: IBGE
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.13.3 Estabelecimentos de Armazenagens por Tipo de Propriedade da Empresa 1995-02

Estabelecimento/ Propriedade da Empresa	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Governo	-	-	-	-	-	-	-	-
Iniciativa Privada	3	3	3	3	2	2	2	2
Cooperativa	-	-	-	-	-	-	-	-
Economia Mista	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem Informação	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3	3	3	3	2	2	2	2

Fonte: IBGE
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.13.4 Estabelecimentos de Armazenagens por Tipo de Atividade 1995-02

Estabelecimento/ Atividade do Estabelecimento	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Comércio	1	1	1	1	1	1	1	1
Supermercado	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria	2	2	2	2	1	1	1	1
Serviço	-	-	-	-	-	-	-	-
Produção Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais de Uma Atividade	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem Informação	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3	3	3	3	2	2	2	2

Fonte: IBGE
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.13.5 Armazenagens Convencionais, Estruturais e Infláveis, Armazenagens Graneleiros e Granelizados e Silos, com Indicação de Informantes e Capacidade Útil do Município 1995-02

Armazenagens	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Armazéns Convencionais, Estruturais e Infláveis								
Número de Informantes	3	3	3	3	2	2	2	2
Capacidade Útil (m³)	7.225	7.225	7.225	7.225	5.265	5.265	5.265	5.265
Armazéns Graneleiros e Granelizados								
Número de Informantes	-	-	-	-	-	-	-	-
Capacidade Útil (t)	-	-	-	-	-	-	-	-
Silos								
Número de Informantes	-	-	-	-	-	-	-	-
Capacidade Útil (t)	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.14 PECUÁRIA

3.14.1 Principais Rebanhos Existentes 1994-00

Rebanhos	Efetivo						
	1994	1995	1996 (1)	1997	1998	1999	2000
Bovinos	19.200	20.300	24.073	25.520	26.100	27.000	26.800
Suínos	4.750	4.620	8.212	5.450	6.000	6.100	6.030
Bubalinos	2.400	2.300	1.796	1.750	1.750	1.350	850
Equínos	2.050	2.000	3.121	3.080	3.100	3.100	3.050
Asinino	150	150	266	260	260	230	210
Muare	950	950	786	870	850	870	870
Ovinos	350	370	477	480	600	460	450
Caprinos	980	940	82	440	430	510	490
Galinhas	61.00	57.000	...	67.500	67.500	61.000	59.000
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	147.000	135.000	264.000	182.000	183.500	190.000	185.000
Vacas Ordenhadas	280	300	...	1.080	1.100	1.120	1.100

Fonte: IBGE/PPM
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE
(1) - Valores retirados do Censo Agropecuário 1996, o item galinhas, para o ano de 1996 está agrupado ao item Galos, Frangas, Frangos e Pintos

3.14.2 Principais Rebanhos Existentes 2001-2005

Rebanhos	Efetivo				
	2001	2002	2003	2004	2005
Bovinos	26.000	25.700	26.000	12.520	25.215
Suínos	5.900	5.960	5.850	5.580	5.400
Bubalinos	900	7.500	680	245	343
Equínos	3.100	3.120	3.050	2.650	2.300
Asinino	220	200	180	150	120
Muare	850	900	870	810	680
Ovinos	440	480	520	550	420
Caprinos	450	450	490	510	400
Galinhas	58.000	55.500	54.800	51.500	50.000
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	183.000	178.000	196.500	183.000	175.000
Vacas Ordenhadas	1.100	1.080	1.090	835	850

Fonte: IBGE/PPM
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.14.3 Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 1994-96

Produtos	Quantidade Produzida			Valor (mil reais)		
	1994	1995	1996 ⁽¹⁾	1994	1995	1996 ⁽¹⁾
Leite de Vaca (Mil litros)	126	135	...	57	68	...
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	183	171	216	124	171	...
Mel de Abelha (Kg)	10.800	6.480	1.800	49	26	5

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) - Valores retirados do Censo Agropecuário 1996

3.14.4 Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 1997-00

Produtos	Quantidade Produzida				Valor (mil reais)			
	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000
Leite de Vaca (Mil litros)	512	519	529	523	256	286	317	366
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	201	203	183	177	241	243	220	319
Mel de Abelha (Kg)	1.800	1.550	1.800	2.000	5	5	6	7

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.14.5 Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 2001-05

Produtos	Quantidade Produzida					Valor (mil reais)				
	2001	2002	2003	2004	2005	2001	2002	2003	2004	2005
Leite de Vaca (Mil litros)	520	508	507	388	366	364	457	507
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	174	167	164	155	163	313	400	427
Mel de Abelha (Kg)	2.300	4.870	5.100	5.500	15.000	9	15	23

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.15 EXTRATIVISMO VEGETAL

3.15.1 Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 1994-96

Produtos	Quantidade Produzida (t)			Valor (mil reais)		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996
FIBRAS						
Buriti	13	15	16	9	2	3
ALIMENTÍCIOS						
Açaí (fruto)	16	18	19	4	4	4
Castanha de Caju	150	120	110	45	30	31
MADEIRAS						
Carvão Vegetal	182	175	181	36	40	36
Lenha (m ³)	80.300	86.500	81.000	241	303	527
Madeira em Tora (m ³)	800	500	1.200	32	25	60

Fonte: IBGE/PEVS

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.15.2 Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 1997-00

Produtos	Quantidade Produzida (t)				Valor (mil reais)			
	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000
FIBRAS								
Buriti	5	3	3	3	1	...	3	...
ALIMENTÍCIOS								
Açaí (fruto)	13	11	15	16	2	2	4	...
MADEIRAS								
Carvão Vegetal	134	137	156	162	34	34	44	...
Lenha (m ³)	69.072	72.000	71.900	73.000	276	290	288	...
Madeira em Tora (m ³)	350	320	200	-	11	9	7	-

Fonte: IBGE/PEVS

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.15.3 Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 2001-2005

Produtos	Quantidade Produzida (t)					Valor (mil reais)				
	2001	2002	2003	2004	2005	2001	2002	2003	2004	2005
ALIMENTÍCIOS										
Açaí (fruto)	15	15	14	92	16	5	5	55	35	7
FIBRAS										
Buriti	3	2	2	1	2	5	4	5	3	4
MADEIRAS										
Carvão Vegetal	165	168	170	128	167	43	47	49	18	50
Lenha (m ³)	71.500	75.000	76.500	50.000	70.000	715	413	520	300	560
Madeira em Tora(m ³)	-	-	-	8.000	-	-	-	-	384	-

Fonte: IBGE
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.16 ESTABELECIMENTOS

3.16.1 Estabelecimentos, por Setor Econômico 2001

Setor Econômico	2001
Primário	22
Indústria	108
Comércio Atacadista	122
Comércio Varejista	794
Serviços	103
TOTAL	1.149

Fonte: SEICOM
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.17 TURISMO

3.17.1 Estabelecimentos de Hospedagem Cadastrados, Unidades Habitacionais e Leitos 1997-03

Ano	Cadastrados			Não Cadastrados		
	Hotel	Unid. Habitacionais	Leitos	Hotel	Unid. Habitacionais	Leitos
1997	1	13	26	1	12	21
1998	1	13	26	1	12	21
1999	1	13	26	1	12	21
2000	1	13	26	1	18	27
2001	1	13	26	2	26	110
2002	1	13	26	2	26	110
2003	1	13	35	21	252	548

Fonte: PARATUR
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.18 FINANÇAS PÚBLICAS

3.18.1 Receitas Municipais 1998-01

R\$1,00 (Valores Nominais)

Receitas Municipais	1998	1999	2000	2001
Receita Corrente	13.557.312,94	15.743.656,03
Receita Tributária	220.670,83	246.923,27
Impostos	168.733,72	191.286,42
IPTU	46.995,83	12.602,67
ISS	108.228,03	168.923,43
ITBI	13.509,86	9.760,32
Taxas	51.937,11	55.636,85
Outras Receitas Próprias	293.733	329.705
Receitas Transferidas	13.042.909,38	15.167.028,05

Fonte: TCU
Elaboração e Cálculo: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.18.2 Receitas Municipais 2002-05

R\$1,00 (Valores Nominais)

Receitas Municipais	2002	2003	2004	2005
Receita Corrente	19.854.325,12	22.163.953,98	...	27.659.469,19
Receita Tributária	498.140,16	636.953,53	...	895.595,05
Impostos	436.791,92	539.341,50	...	707.180,41
IPTU	25.957,34	80.565,03	...	150.766,85
ISSQN (1)	215.969,32	269.523,82	...	285.340,56
ITBI	8.897,02	12.054,38	...	22.854,72
IRRF	185.968,24	177.198,27	...	248.218,28
Taxas	61.348,24	97.612,03	...	188.414,64
Outras Receitas Próprias	279.997,63	141.905,25	...	174.499,37
Receitas Transferidas	6.818.441,39	21.385.095,20	...	26.589.374,77

Fonte: TCU
Elaboração e Cálculo: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) Até o ano de 2001 a sigla desse imposto era ISS.

Nota: O total da Receita Própria equivale a soma da Receita Tributária e Outras Receitas Próprias.

3.18.3 Transferências Constitucionais do ICMS, FPM, IPI, FUNDEF e IPVA 1995-06

(R\$ 1,00)

Anos	Transferência do ICMS ⁽¹⁾	Transferência do FPM ⁽¹⁾	Transferência do IPI ⁽¹⁾	Transferência do FUNDEF	Transferência do IPVA	Total (R\$ 1,00)
1995	723.830,45	3.930.354,25	59.667,77	-	-	4.713.852,77
1996	839.894,21	4.446.561,29	75.140,14	-	-	5.361.595,64
1997	837.913,82	4.436.852,35	95.454,81	1.002.853,79	42.200,16	6.415.274,93
1998	856.467,10	5.565.355,46	88.126,62	1.626.980,04	65.786,86	8.202.716,08
1999	831.694,52	6.011.951,51	72.117,31	2.762.643,93	100.082,88	9.778.489,15
2000	982.074,00	5.171.403,00	75.175,00	2.732.349,00	106.632,00	9.067.633,00
2001	1.269.601,92	6.061.292,69	85.595,87	3.111.217,65	130.610,54	10.658.318,67
2002	1.498.181,85	7.551.389,37	78.530,98	3.601.195,17	180.085,23	12.909.382,60
2003	1.904.817,10	7.693.609,68	66.937,41	4.120.644,90	209.149,23	13.995.158,32
2004	2.099.448,25	8.313.061,41	70.089,01	3.981.926,60	246.455,16	14.710.980,43
2005	2.424.861,04	10.092.054,42	77.225,59	5.521.937,96	315.139,60	18.431.218,61
2006	2.939.096,51	11.555.249,42	99.223,36	6.363.072,85	355.109,48	21.311.751,62

Fonte: SEFA/TCU/SEDUC/STN
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE
Nota: Valores Nominais
(1) Menos 15% do FUNDEF

3.18.4 Arrecadação Federal 1995-06

(R\$ 1,00)

Anos	IRPJ	IRPF	IOF	PIS/PASEP	ITR	Outras Receitas	Total
1995	92.834,00	110.900,00	169.908,00	-	5.166,00	354.661,00	733.469,00
1996	90.006,00	55.622,00	39.763,00	68.789,00	11.165,00	961.483,00	1.226.828,00
1997	39.754,00	79.291,00	1.168,00	73.139,00	8.137,00	264.000,00	465.489,00
1998	51.206,00	89.028,00	-	92.346,00	6.320,00	345.514,00	584.414,00
1999	64.848,00	67.676,00	-	94.403,00	7.063,00	342.917,00	576.907,00
2000	72.430,00	49.744,00	-	93.209,00	6.307,00	373.263,00	594.953,00
2001	76.969,00	54.832,00	-	105.973,00	6.849,00	488.386,00	733.009,00
2002	73.960,00	92.528,00	-	109.043,00	9.073,00	482.177,00	766.781,00
2003	87.481,00	133.978,00	-	102.341,00	8.437,00	650.202,00	982.439,00
2004	199.045,00	113.148,00	0,00	127.225,00	10.705,00	1.024.319,00	1.474.442,00
2005	193.934,36	148.849,44	79,23	216.724,17	6.283,18	1.270.565,95	1.836.436,33
2006	198.156,73	213.187,69	872,53	299.019,28	9.637,11	1.332.056,19	2.052.929,53

Fonte: RECEITA FEDERAL
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE
 Nota: Valores Nominais

3.19 INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS

3.19.1 Número de Agências Bancárias, Aplicações, Depósitos e Poupança no Estado do Pará 1994-2005 (R\$ 1,00)

Anos	Agências	Aplicações	Depósitos			Poupança
			À vista (Gov)	À vista (Priv.)	À prazo	
1994	-	2.633.065	82.924	779.453	36.303	1.034.998
1995	4	4.713.887	332.992	939.194	208.604	2.777.290
1996	4	5.219.140	335.856	905.990	272.263	3.109.535
1997	4	6.672.217	937.790	1.514.514	204.257	3.825.508
1998	4	7.199.208	1.030.096	2.214.425	749.021	5.264.172
1999	4	5.271.917	731.115	2.626.086	640.848	6.313.000
2000	4	6.020.445	1.442.269	2.521.442	631.278	6.771.249
2001	4	9.278.065	771.170	3.395.908	473.360	8.210.862
2002	4	15.746.823	1.446.220	5.188.281	126.492	9.720.893
2003	4	19.240.059	1.169.976	4.892.429	76.628	10.968.975
2004	4	21.835.689	384.736	5.416.095	1.015.137	13.220.323
2005	4	26.044.304	1.615.616	6.681.379	2.173.773	14.891.194

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE
 Nota: Valores Nominais

NOTA TÉCNICA

Simbologias Adotadas

(...) – Informações não disponíveis

(-) – O Município não possui a variável destacada

(0) – O Município possui a variável destacada, no entanto não atinge a unidade trabalhada

Demografia

– Trabalhou-se com os “números” oficiais do IBGE (Órgão Fonte). Entre os períodos censitários utilizou-se estimativa de população, divulgado em cada 30/06 do ano corrente. Para definir as populações Urbana e Rural, e por Sexo, a SEPOF/DIEPI adota a mesma participação do ano censitário.

Saúde

– Segundo a Secretaria de Saúde – SESPA, devido à dimensão do Estado o registro de óbitos torna-se, em alguns municípios, retardatário. Desta forma, na medida em que os registros vão ocorrendo, os mesmos são atualizados em seus respectivos anos.

Energia

– Devido a problemas no Sistema da Rede Celpa, no ano de 1998, não foi possível desmembrar suas estatísticas por classe, exceto a residencial.

Transporte

– Segundo informações, cuja Fonte, é o DETRAN, as estatísticas referentes a veículos por tipo e veículos licenciados, eram trabalhadas em setores/programas diferentes, os quais não tinham nenhuma correlação. Devido ao fato, na maioria das vezes, os totais das características destacadas divergem entre si, o que não ocorrerá mais a partir do ano de 2000, pois o mesmo está trabalhando as características em um mesmo programa.

Pecuária

– No ano de 1996, o IBGE não realizou a Pesquisa de Pecuária Municipal – PPM, devido à realização do Censo Agropecuário, entretanto é importante destacar que o período de coleta do Censo (agosto/95 a julho/96), não é o mesmo utilizado na pesquisa (janeiro a dezembro/ano).

Finanças Públicas

– Estatísticas, cuja fonte, é a SEFA, são utilizadas conforme os estabelecimentos vão efetuando os Pagamentos atrasados, sendo assim, relatórios gerados da mesma variável, em datas diferentes, podem ter divergências dentro de um mesmo ano.

– As Estatísticas da Receita Própria e Arrecadação Municipal são retiradas do Balanço de cada Município, logo para os anos que o município não entrega seu balanço ao TCM, as informações não estarão disponíveis.

Lúcia Cristina de Andrade

Diretoria de Estudos, Pesquisa e Informações Socioeconômicas.

GLOSSÁRIO

FISIOGRAFIA

Ano de Criação – Significa o ano no qual o distrito foi criado legalmente através da Lei de Criação, Decreto ou Ordem, com memorial descritivo, diferente, portanto do ano de emancipação política.

Gentílico – Nome que designa a “terra”, “nação”, “área” ou “município”, a qual pertence.

Localização Municipal – Refere-se a posição do município em relação ao contexto do Estado.

Coordenadas Geográficas – São valores Numéricos através dos quais pode-se definir a posição de um ponto na superfície da terra, tendo como ponto de origem para as latitudes o Equador, e o mediano de Greenwich para a origem das longitudes.

Latitude – Ângulo formado pela normal à superfície adotada para a terra, que passa pelo ponto considerado e a reta correspondente à sua projeção no plano do Equador. A latitude quando medida no sentido do Pólo Norte é chamada latitude norte ou positiva. Quando medida no sentido do Pólo Sul é chamada latitude sul ou negativa. Sua variação é 0° a 90°N ou 0° a + 90° e 0° a 90°S ou 0° a – 90°.

Longitude – Ângulo diedro formado pelos planos do meridiano de Greenwich e do meridiano que passa pelo ponto considerado. A longitude pode ser contada no sentido oeste, quando é chamada longitude oeste de Greenwich (W Gr.) ou negativa. Se contada no sentido este é chamada longitude este de Greenwich (E Gr.) ou positiva.

Limite – Linha materializada ou não, que demarca a fronteira entre duas áreas vizinhas. É definido normalmente por lei de qualquer umas das instâncias da administração pública, federal, estadual ou municipal.

Afluente – curso de água que vai até a outra corrente fluvial ou a um lago, contribuindo para aumentar-lhes o volume.

Fuso Horário – convenção estabelecida que se refere a uma área abrangida por dois meridianos, dentro da qual a hora é a mesma em todos os lugares nela inseridos. Cada fuso tem em geral 15° de longitude, tendo como centro um meridiano cuja longitude é exatamente divisível por 15.

Área Municipal – É o cálculo do espaço geográfico ao qual a circunscrição administrativa está inserida.

DEMOGRAFIA

População Residente – constituída pelos moradores nas unidades domiciliares, mesmo que ausentes na data das pesquisas.

Densidade Demográfica – é o indicador que mostra como a população se distribui pelo território, sendo determinada pela razão entre a população e a área de uma determinada região.

Distribuição da População por Situação de Domicílios – a população é classificada segundo a localização do domicílio nas áreas urbanas ou rurais, definidas por lei municipal. Na situação urbana, consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas cidades, vilas e áreas urbanas isoladas, conforme delimitadas pelas respectivas posturas municipais à época de realização dos Censos Demográficos; a situação rural abrange a população e os domicílios recenseados fora dos limites daquelas áreas, inclusive nos aglomerados rurais (povoados, arraiais, etc.).

Razão de Sexos – é a relação entre a população masculina e a feminina por 100 e representa o número de homens para cada 100 mulheres.

Taxa de Urbanização – Proporção entre a população da área urbana em relação à população total.

Taxa Geométrica de Incremento Anual – mostra o ritmo de crescimento anual experimentado pela população num determinado período de tempo. É obtida através da fórmula:

$$i = \left[\sqrt[n]{\frac{P_{(1+n)}}{P_n}} - 1 \right] \times 100, \text{ onde}$$

$P_{(n+1)}$ e P_n representam as populações correspondentes a duas datas sucessivas e n , o intervalo entre essas duas datas, medido em ano.

Razão de Dependência – é o resultado da soma da população jovem de 0 a 15 anos mais a população idosa de 65 anos e mais de idade, dividido pela população produtiva de 15 a 64 anos. Ela representa o dimensionamento da força de trabalho, ou seja, mostra a percentagem da população dependente em relação à população em idade ativa.

Índice de Envelhecimento – Expressa o ritmo de envelhecimento verificado anualmente sendo obtido por:

$$I = \frac{\text{Pop. de 65 anos e maior de idade}}{\text{Pop. de menos de 15 anos de idade}} \times 100$$

SAÚDE

Centro de Saúde - São serviços oficiais do Ministério da Saúde e Assistência, responsáveis pela integração e coordenação das atividades de saúde e assistência, bem como pela prestação de cuidados médicos de base, de natureza não especializada, com o objetivo de assegurar a cobertura médico-sanitária da população da área que lhes corresponde.

Nascidos Vivos – número de nascimentos onde, após a expulsão ou extração completa do corpo materno, independentemente do tempo de duração da gestação, manifestou algum sinal de vida (respiração, choro, movimentos de músculos de contração voluntária, batimento cardíaco, etc), ainda que tenha falecido em seguida.

Mortalidade Geral – refere-se ao número total de óbitos ocorridos numa determinada população, durante um período de tempo especificado, em geral um ano, e exprime-se por 1.000 habitantes.

Mortalidade Materna – É número de mortes maternas associadas com a gravidez e o parto, em relação ao número total de nascimentos.

Mortalidade Infantil – número de mortes de crianças com menos de 1 ano de idade por mil nascidos vivos nesse ano.

Mortalidade Fetal – é definida entre nós como a produzida antes do nascimento.

Mortalidade Perinatal – é o número de nascidos mortos e mortes ocorridas até uma semana (morte no período à volta do parto) por mil nascidos vivos até uma semana.

Fecundidade – Número médio de filhos que teria uma mulher, de uma coorte hipotética, ao fim do período reprodutivo, estando sujeita a uma determinada lei de fecundidade, ou ausência de mortalidade desde o nascimento até o final do período fértil.

Doenças Crônicas Degenerativas – patologias que não tem cura, e que causam danos em longo prazo. Tais doenças ocasionam ônus à saúde pública pois exigem uso de medicamentos contínuos.

EDUCAÇÃO

Estabelecimento de Ensino – São unidades escolares onde se processa as atividades de ensino e aprendizagem

Matrícula Inicial – Número de alunos matriculados em cada grau / modalidade de ensino, efetivamente frequentando a escola em cada série, de acordo com o horário de funcionamento da turma.

Pré-Escolar – primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os 6 anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.

Ensino Fundamental – obrigatório e gratuito para alunos de 7 a 14 anos compreende oito séries letivas. Constitui uma fusão do antigo ensino primário comum (quatro séries, para crianças de 7 a 10 anos) e do Ensino Médio de 1º ciclo (também de quatro séries, para adolescentes de 11 a 14 anos), com inovações pedagógicas nas terminalidades do nível de ensino.

Ensino Médio – composto de três ou quatro séries é equivalente ao antigo Ensino Médio de 2º ciclo e destina-se a conferir habitação profissional de nível médio à faixa etária de 15 a 18 anos.

Função Docente – é o número de professores da escola que leciona em cada grau / modalidade de ensino. Um professor pode ter mais de uma função docente.

Matrícula Final – é o total de alunos aprovados, reprovados e evadidos no final do ano X, em um determinado nível de ensino.

Taxa de Aprovação – indica o percentual de alunos aprovados em determinado nível de ensino em relação à matrícula final, no nível de ensino.

Taxa de Reprovação – indica o percentual de alunos reprovados em determinado nível de ensino em relação à matrícula final, no nível de ensino.

Taxa de Evasão – indica o percentual de alunos evadidos (afastados por abandono), em determinado nível de ensino em relação à matrícula final, no nível de ensino.

ENERGIA ELÉTRICA

Residencial – É aquela em que as unidades consumidoras utilizam a energia elétrica para fins residenciais, salvo aqueles situados em propriedade rural na qual seja desenvolvida atividade agropecuária com objetivo econômico. Inclui-se nesta classe o fornecimento para uso comum de prédios ou conjuntos com predominância de unidades consumidoras residenciais.

Comercial – É aquela em que as unidades consumidoras exercem atividade comercial e de prestação de serviços (exclusive os serviços públicos). A classe comercial deve ser estratificada nas seguintes subclasses: comercial; serviços de transporte, exclusive tração elétrica; serviços de comunicação e telecomunicações; serviços de irrigação; outros serviços.

Industrial – É aquela em que as unidades consumidoras desenvolvem atividades industriais. Para que se tenha um conjunto mais homogêneo com relação à atividade industrial sugere-se estratificar os consumidores nos seguintes gêneros: extração de tratamento de minerais; produtos minerais não metálicos; metalúrgica; mecânica; material elétrico e de comunicações; madeira; mobiliária; papel e papelão; borracha; couros; peles e produtos similares; química; produtos farmacêuticos e veterinários; perfumaria, sabões e velas; produtos de materiais plásticos; têxtil; vestuário, calçados e artefatos de tecidos; produtos alimentares; bebidas; fumo; editorial e gráfica, diversos; utilidade pública; e construção.

Outros – São alocados nesta categoria as unidades consumidoras não prevista nas demais classes, inclusive o fornecimento destinado às instalações de uso comum de prédio ou conjunto com predominâncias de unidades consumidoras não residenciais. Dentre as que se classificam como outro, destaca-se, o setor rural (são alocados nesta categoria consumidores que desenvolvem atividade rural com objetivos econômicos. Esta categoria é estratificada nas seguintes subclasses: agropastoril; cooperativa de eletrificação rural; indústria rural e coletividade rural); **consumo próprio** (fornecimento destinado ao próprio concessionário devendo ser consideradas as seguintes subclasses: consumo próprio, canteiro de obras e interno); **iluminação pública** (são alocados iluminação de ruas, praças, avenidas, jardins, vias, estradas e outros logradouros de domínio público de uso comum e livre acesso de responsabilidade de pessoa jurídica de direito público); **serviço público** (são alocados os consumidores que utilizam motores, máquinas e equipamentos para prestação de serviços públicos de água, esgoto, saneamento e tração urbana e/ou ferroviária explorados mediante concessão ou autorização; e **poder público** (são alocados os consumidores independentes da atividade desenvolvida, que forem de responsabilidade de pessoa jurídica de direito público, exceto a iluminação pública e os serviços públicos)).

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Economias – Todo imóvel com ocupação independente, dotado de no mínimo um ponto de água, perfeitamente identificável como uma unidade autônoma, para efeito de faturamento.

Volume Faturado – Quantidade de água (medida e/ou estimada) ou de esgotos, faturado no mês, relativo 'as economias residenciais, comerciais, industriais e públicas.

COMUNICAÇÃO

Terminal Instalado – Terminal telefônico utilizado por domicílio residencial e os estabelecimentos industriais, comerciais, de profissionais liberais no exercício de sua profissão, ou de órgãos pertencentes aos poderes públicos municipal, estadual ou federal.

Emissora de TV – É a emissora de radiodifusão de televisão que transmite simultaneamente sinais de imagens e som destinados a serem recebidos pelo público em geral.

TVA – Serviço especial de televisão por assinatura; é o serviço de telecomunicação destinado a distribuir sons e imagens a assinantes, através de sinais codificados, mediante utilização de canais do espectro radioelétrico.

MMDS – Serviço de distribuição de sinais multiponto multicanal; é um codificador de televisão que se utiliza faixa de microondas para transmitir sinais a serem recebidos em pontos determinados dentro da área de prestação de serviço.

Caixa de Coleta – Receptáculos em acrílico, instalados em logradouros públicos ou em estabelecimentos comerciais destinados ao atendimento do usuário por meio de depósito de correspondências previamente franqueadas.

Vale Postal Nacional: Consiste no pagamento a um favorecido (destinatário) em moeda corrente no país, do valor correspondente a um título emitido por unidade ou órgão da ECT, a pedido de um remetente.

Encomenda Normal – É a modalidade de serviço de envio de encomenda em âmbito nacional, mediante tratamento não urgente, podendo ser postada com ou sem valor declarado.

Sedex - É a modalidade do serviço de encomenda expressa, executada em âmbito nacional, mediante tratamento urgente, pode ser postada com ou sem valor declarado.

Caixas Postais – É o serviço através do qual os objetos são depositados em receptáculos apropriados, para entrega mediante a utilização da respectiva chave, sem a interferência de empregado da ECT. O nome e o endereço do assinante de caixa postal só poderão ser divulgados, quando o proprietário da caixa postal autorizar, no formulário próprio.

Objetos Simples recebidos – São todos os objetos sem registro recebidos de outras localidades, que pode ser nacional ou internacional, para serem entregues aos seus respectivos destinatários.

Reembolso Postal – Consiste no recebimento, encaminhamento e entrega, pela ECT, exclusivamente em território nacional, de objetos postais e no pagamento aos remetentes dos valores por estes determinados e recebidos dos destinatários.

Telegrama Fonado – É o serviço no qual o cliente, assinante de linha telefônica têm acesso através do nº especial para transmitir o telegrama e informações adicionais.

Porte Pago – É o serviço que possibilita a postagem de impressos franqueados mediante colagem de etiqueta padronizada, impressão ou carimbo de indicação 'PORTE PAGO', no regime nacional ou 'PORTPYÉ', no internacional.

TRANSPORTE

Granéis Líquidos – a movimentação de cargas do tipo: óleo diesel, gasolina, querosene de avião, petróleo comum, gás liquefeito de petróleo (GPL), álcool anidro, óleo combustível, líquido de castanha de caju (LCC) e lubrificantes naftênicos.

Granéis Sólidos – São Considerados granéis sólidos a movimentação de cargas, tais como: trigo em grãos, milho, soja, derivados de soja e fertilizantes.

Navegação de Cabotagem – é navegação realizada porto a porto no próprio país.

Navegação de Longo Curso – é a navegação realizada com o comércio internacional, ou seja, Navegação externa.

AGROPECUÁRIA

Culturas Temporárias – São culturas de curta ou média duração, geralmente com ciclo vegetativo (período compreendido entre o plantio e a colheita) inferior a um ano e que depois de colhidas, necessitam de um novo plantio. Ex.: algodão herbáceo, amendoim, arroz, batata-inglesa, cebola, feijão, fumo, milho e soja.

Culturas Permanentes – São culturas de longo ciclo vegetativo, que permitem colheitas por vários anos sem necessidade de novo plantio. Ex: algodão arbóreo, banana, cacau, café, coco-da-baía, laranja, pimenta-do-reino, sisal e uva.

Área Colhida – É a parcela da área plantada de cada produto que foi realmente colhida durante o ano-base do levantamento. Para as culturas temporárias de curta e média duração, a área colhida será; no máximo, igual à área plantada quando não houver perda por adversidade climática (chuva, seca, granizo, geada, etc...), patogênica ou econômica. E para as culturas temporárias de longa duração, a área em que foi colhida a produção no ano-base do levantamento. Para as culturas permanentes a área colhida corresponde à área ocupada com pés que produziram no ano-base do levantamento.

Produção Agrícola – Quantidade de cada produto agrícola obtida na área colhida, na data de referência da pesquisa.

Valor da Produção – É o preço médio do produto multiplicado pela quantidade produzida.

Unidade Armazenadora – (Pesquisa de Estoques). Prédio ou instalação construída ou adaptada para a armazenagem de produtos, exclusive os tonéis ou tanques metálicos utilizados para armazenagem de óleos vegetais. A unidade armazenadora classifica-se em: armazém convencional, armazém estrutural, armazém inflável, armazém graneleiro, armazém granelizado e silo (para grãos).

Estabelecimento – Local constituído por uma ou mais unidades armazenadoras, próprias ou não, formando um conjunto sob a mesma gerência, que se dedica à prestação de serviços de armazenagem, ou que tem a guarda de produtos agropecuários e/ou seus derivados vinculada à sua atividade principal (agropecuária, comércio, indústria).

Armazém Convencional – Unidade armazenadora de piso plano, de compartimentos únicos, adequados à guarda e à proteção de mercadorias embaladas em sacos, fardos, caixas, etc. Tal unidade armazenadora pode ser de concreto, alvenaria ou de outros materiais próprios para a construção, desde que apresente boas condições de ventilação, movimentação, drenagem e cobertura.

Armazém Estrutural – (Pesquisa de Estoque). Unidade armazenadora de estrutura auto-sustentável, com fechamento lateral e cobertura de vinil ou polipropileno, que permite armazenagem emergencial, localizado, em geral, nas zonas de expansão das fronteiras agrícolas.

Armazém Inflável – (Pesquisa de Estoque). Unidade armazenadora de estrutura flexível e inflável, em vinil ou polipropileno, dotada de válvulas e comportas que permitem sua modelagem ou armação através de insuflação de ar circulante, utilizada, em geral, nas zonas de expansão das fronteiras agrícolas.

Armazém Graneleiro – Unidade armazenadora caracterizada por um compartimento de estocagem, de concreto ou alvenaria, onde a massa de grãos é separada por septos divisórios, geralmente em número de dois, apresentando fundo em forma de V ou W, possuindo, ainda, equipamentos automatizados ou semi-automatizados, instalados numa central de recebimento e beneficiamento de produtos.

Armazém Granelizado – Unidade armazenadora de fundo plano, resultante de uma adaptação do armazém convencional, para operar com produtos a granel.

Silo – Unidade Armazenadora de grãos, caracterizada por um ou mais compartimentos estanques denominados células.

Capacidade Útil – (Pesquisa de Estoques). Limite máximo de utilização da unidade armazenadora, expresso em metros cúbicos para armazéns convencionais, estruturais e infláveis, e em toneladas para armazéns graneleiros, granelizados e silos.

Produção da Extração Vegetal e Silvicultura – Informações sobre a quantidade e valor das produções obtidas mediante a exploração de maciços florestais nativos (extrativismo vegetal) ou provenientes da exploração de maciços florestais plantados (silvicultura).

Extração Mineral e Metálica – Consiste na extração de minério de ferro, metais preciosos, metais não ferrosos (bauxita, cobre, cassiterita e manganês), sintetização ou solonização de minerais metálicos, extração de minerais para fabricação de adubos e fertilizantes para elaboração de outros produtos químicos, extração de pedras e outros materiais para construção, como também na extração de sal, de pedras preciosas e semipreciosas, de outros minerais não metálicos, de petróleo, gás natural e combustível mineral de carvão-de-pedra, xisto betuminoso e outros combustíveis, extração de gesso e minerais radioativos (urânio, tório e areia monazítica).

TURISMO

Estabelecimentos de Hospedagem – São estruturas prediais construídas ou implantadas, com a finalidade específica de alojamento, para visitantes ou turistas.

Hotéis Cadastrados – Estabelecimentos onde se reservam ou alugam quartos e apartamentos mobiliados, com refeição ou sem elas; constantes na classificação da EMBRATUR, obedecendo a padrões dando ênfase, à qualidade e quantidade do atendimento e dos serviços e equipamentos ofertados.

FINANÇAS PÚBLICAS

Receita Tributária – São Recursos decorrentes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Receita Própria – São Recursos decorrentes da arrecadação e transferências de impostos e contribuições de melhoria.

Transferências Constitucionais – Dispositivo constitucional, o qual determina repasse aos municípios nos percentuais de 25%, 50% e 25%, respectivamente, pertinente a arrecadação sobre o ICMS, IPVA e cota parte do Fundo de Exportação (IPI – Exportação).

Arrecadação Estadual – São Recursos decorrentes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria da esfera Estadual.

Arrecadação Federal – São Recursos decorrentes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria da esfera Federal.

Arrecadação Municipal – São Recursos decorrentes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria da esfera Municipal.

INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS

Programa de Crédito Produtivo – São Programas voltados para dinamizar os setores produtivos, diversificar e integrar a base produtiva, incentivando a descentralização da localização de empreendimentos e a formação de cadeias produtivas.

PRONAF – Programa Nacional Agricultura Familiar, Recursos do Governo Federal que através de convênios com Estados repassa recursos para pequenos agricultores através das secretarias de Agricultura.

Projetos CONDEL/SUDAM – São projetos de incentivos fiscais na Região Amazônia.

PEP – Programa de Ensino Profissionalizante, que a partir do no 2000 passa a ser PEQ (Programa de Ensino de Qualificação).

FDE – Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará é um fundo para financiar Programas e Projetos, considerados relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Pará, de forma a reduzir as desigualdades Regionais e Sociais, em consonância com as diretrizes do Plano Plurianual, abrangendo o setor público e privado.

INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS

Operação de Crédito – Recursos decorrentes da colocação de títulos públicos ou de nenhum dos demais regimes e tenham escrita fiscal e contábil maior que 200.000 UFIR.



Informações:

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA ESTADUAL

Rua Boaventura da Silva 401/403

CEP: 66.053-050

Fone/Fax: 3204-7478/ 3204-7479

E-mail: diepi@sepof.pa.gov.br - gerin@sepof.pa.gov.br

gede@sepof.pa.gov.br - geres@sepof.pa.gov.br

Home page: www.sepof.pa.gov.br